

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



**José Luís
Moreira da Silva**

Editorial

DE OLHOS BEM ABERTOS!

Aí está o princípio do fim desta governação socialista: mês após mês, ano após ano, medida após medida e nada!

Na campanha eleitoral eram só maravilhas. Tudo cor de rosa, como eles. O país ia evoluir tão bem que os portugueses iam todos de férias com as contas bancárias cheias. Nada de crises, nada de tempestades.

Veio o governo de maioria absoluta e começa a mudança de políticas...

Impostos a subir, fábricas a fechar, desemprego a aumentar, reformas a acabar, habitação mais cara, escolas mais caras, hospitais mais caros, menos benefícios sociais.

Este o Orçamento de 2005 revisto. Este o Orçamento de 2006. Este o Orçamento de 2007....

E o país fica melhor, a esperança renasce, a luz ao fim do túnel está mais forte ou preste a apagar-se?

Os sacrifícios continuados dos portugueses têm fim, ou vamos de sacrifício em sacrifício até ao desespero final?

No início os portugueses ainda estavam de olhos bem fechados. Ainda acreditavam que a culpa era do Governo anterior, dos malandros do PSD e do PP, que tinham gasto à tripa forra e não tinham previsto a necessidade de contenção. Daí a maioria absoluta do PS.

As coisas já não são tão evidentes. Os olhos estão a abrir-se aos portugueses. Sócrates não é a maravilha que ele próprio apregoa, nem o herói que a sua propaganda impõe, nem as suas medidas são tão boas.

Como é possível que a situação esteja como está quando os Governos do PSD foram tão preocupados com o défice. Sampaio até teve de dizer que para ele havia outras preocupações para além do défice... Lembrem-se!

Os economistas começam hoje a ser unânimes na responsabilidade de Guterres – o que fugiu do pântano que criou – ao deixar entrar mais de 100 mil novos funcionários para o Estado, ao não ter qualquer preocupação com a despesa pública. Esse sim gastou à tripa forra... o que tinha e principalmente o que não tinha. Aquilo que estamos hoje a pagar e vamos continuar a pagar por mais uns anos.

Sair da crise não é coisa que o Governo já prometa, apesar de algumas declarações deslocadas e rapidamente corrigidas de alguns Ministros remodeláveis... 2007 não é o ano da retoma e 2008 não será ainda o ano de todas as esperanças. Resta 2009, o ano de todas as eleições!

Espera-se que até lá, os portugueses, berrando a insatisfação que lhes vai na alma, como as últimas sondagens já atestam, fiquem de olhos bem abertos!

O nosso Partido Social-Democrata faz a revisão do seu Programa



Destaques:

Revisão do Programa do PSD mantém o dinamismo e a força do nosso Partido

Pag. 2 e seguintes

Actividades do Presidente do Partido: sérios avisos ao PM

Pag. 4

Madeira recorre ao Presidente da República e aos Tribunais, no conflito com o governo de Sócrates

Em: Notícias Locais

O nosso Partido Social-Democrata o “mais Português e o Melhor dos Partidos de Portugal” faz a terceira revisão do seu Programa desde a fundação, em 1974



Em 1974, nos primeiros dias da revolução de Abril, um grupo de portugueses de indiscutíveis credenciais democráticas, que tinham feito aberta oposição ao regime, das bancadas da chamada “Assembleia Nacional”, constituindo a “Ala Liberal”, com os “jovens leões” de que se destacavam Sá Carneiro, Pinto Leite, Pinto Balsemão e outros, resolveram, ante o “tsunami” extremista que se tinha desencadeado após o 25 de Abril, criar um Partido que representasse todos os que não se reviam nos pólos mais afastados do espectro político, em defesa do Povo, da Solidariedade, dos direitos dos mais fracos e dos mais pobres; e dos Deveres de todos para com todos.

O Partido, que deveria chamar-se de raiz “Partido Social-Democrata”, por uma questão processual (coincidência com outro nome já pedido) teve de adoptar o nome da segunda escolha: PPD- Partido Popular Democrático. Elaboraram-se os primeiros estatutos e, como um dia disse Ruy Machete, “Hoje somos milhares, amanhã seremos Milhões!” – e tinha razão.

Estes Estatutos permaneceram intocados até 1992, quando as circunstâncias políticas, sociais e de funcionamento do Estado tinham sofrido alterações tão substanciais, que há muito se impunha a sua revisão.

Na conjuntura actual, o Partido, para se manter em permanente contacto com a realidade de Portugal e dos Portugueses, perante os quais sempre assumiu uma Missão de Serviço, sentiu a necessidade de nova Revisão. Luís Marques Mendes foi o intérprete desse sentir, por isso incluiu, na sua moção ao Congresso em que foi eleito, a promessa de efectuar essa Revisão.

Promessa agora em via de cumprimento, num processo complexo, que tem na base estudos exaustivos e conta com a colaboração empenhada das mais destacadas personalidades do PSD e de independentes do que de melhor, no campo político e intelectual, a sociedade civil portuguesa possui.

Os trabalhos de base já estão a ser feitos há muito tempo, mas “oficialmente” o PSD deu o primeiro «passo» para a revisão do programa, com uma cerimónia na Quinta-feira dia 26, em Lisboa, na sede nacional, que com a presença de Luís Marques Mendes e dos três elementos da comissão que coordenam a revisão do programa, encabeçada pelo Militante Número Um, Francisco Pinto Balsemão, o eurodeputado Carlos Coelho e o vice-presidente do Grupo Parlamentar, Agostinho Branquinho.

O ex-primeiro-ministro garantiu que o programa do PSD é um documento para cumprir, ao mesmo tempo que expôs as diferenças entre um programa partidário e um programa eleitoral. De acordo Pinto Balsemão, «um programa de partido compreende os princípios, valores, causas e objectivos que definem a identidade genética dos partidos», ao passo que «um programa eleitoral é um compromisso com o eleitorado em torno de medidas concretas para o espaço de uma legislatura».

Pinto Balsemão dá a “key note” do trabalho de Revisão

Francisco Pinto Balsemão pretende que o programa actualizado seja um documento «curto e mais afirmativo».

«Queremos um programa assumido pelos militantes e que constitua um



facto de atracção para que cada vez mais portugueses e portuguesas adiram à nossa causa social-democrata», frisou, apelando à participação de todos os militantes no processo de revisão do programa.

Para o co-fundador de Partido e companheiro de Francisco Sá Carneiro, «o programa do PSD terá de servir como um traço de união entre todos os sociais-democratas».

A primeira grande iniciativa do processo de revisão do PSD irá realizar-se no Porto, a 23 de Novembro de 2006, num debate subordinado ao tema «Ser social-democrata no século XXI: Novas causas e desafios?», que contará com a participação do deputado europeu José Pacheco Pereira e do antigo secretário de Estado do Ambiente, Carlos Pimenta.

O último debate realizar-se-á a 4 de Dezembro de 2007, em Lisboa, estando agendada para Janeiro de 2008, a apresentação à comissão política nacional da proposta de programa revisto.

Paralelamente aos 21 debates programados, serão ainda organizados grupos de trabalho temáticos.

Está também já disponível um site na Internet - www.programa.psd.pt - onde estão a ser publicados todos os documentos que forem sendo produzidos ao longo do próximo ano, e onde também poderão ser deixadas mensagens com contributos para a revisão do programa.

Declarações do Presidente do Partido, Luís Marques Mendes

Finalmente, a encerrar a sessão, falou Luís Marques Mendes, que afirmou:

Vamos iniciar o processo de revisão do Programa do PSD.

Trata-se de cumprir mais um compromisso que assumi no último Congresso. É fundamental que assim seja.

Faço questão de honrar todas as promessas que fiz e todos os compromissos que assumi. É um imperativo de verdade, de coerência e de seriedade política.

Este processo tem um objectivo, um caminho e um método.

a) O objectivo – Actualizar o Programa do PSD. Há 14 anos o Programa foi revisto. Nestes últimos anos muita coisa mudou. Em Portugal, na Europa e no Mundo.

Há velhos problemas que carecem de novas soluções; e há novos desafios que requerem respostas adequadas e modernas.

O Programa do PSD tem de reflectir os novos desafios e os velhos problemas. Sobretudo tem de saber encontrar respostas eficazes para uns e para outros.

Mais. O PSD tem de liderar este debate de ideias e este ciclo de mudança. Somos um Partido reformista. Este é o nosso ADN. Uma vez mais vamos ter



a oportunidade e a responsabilidade de o afirmar.

b) Em segundo lugar, o caminho. - Este processo não se destina a mudar a natureza do nosso Partido. Este processo vai conduzir-nos a aprofundar a matriz social-democrata do PSD.

Temos de construir a social-democracia do século XXI. Liberal na economia, ousada no domínio social, aberta aos novos valores, capaz de responder com eficácia aos desafios da sociedade e às exigências.

Queremos construir um País mais rico, mas sobretudo ajudar a fazer uma sociedade mais justa e mais culta. É este o nosso caminho.

c) Em terceiro lugar, o método. - Nos últimos anos, os Partidos fazem pouco debate de ideias. Sobretudo o debate de ideias que está para além das questões táticas, conjunturais ou do dia a dia.

Pois bem. Durante um ano, vamos liderar um grande debate nacional, sem tabus, sem complexos e sem preconceitos.

Todo o Partido será chamado a intervir. Todos os militantes serão bem vindos. Ninguém será excluído deste debate. O Programa do PSD será sempre um traço de união entre os sociais-democratas.

Mas queremos mais. Queremos um debate virado para fora e não para dentro. Vamos apelar à participação activa de muitos cidadãos que não são do PSD, que não têm Partido, mas que têm vontade de colaborar e têm contributos positivos a oferecer a este debate.

Muitas vezes, os Partidos funcionam em circuito fechado. Transformam-se em Partidos-Fortaleza.

Pois bem. Partidos fortaleza acabam em Partidos de fraqueza. Sem alma, sem energia e divorciados da sociedade. Não é isso que desejamos.

Com este debate, aberto ao País e não apenas ao universo do PSD, queremos dar mais um sinal de abertura à sociedade e de reencontro com os Portugueses.

Finalmente: a Comissão que vai liderar este processo. Anunciei no Congresso que a Comissão seria presidida pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão, coadjuvado por Carlos Coelho e Agostinho Branquinho.

Quero renovar-lhes o agradecimento. Mas quero sobretudo deixar uma palavra especial ao Presidente da Comissão.

O Dr. Francisco Balsemão tem uma especial autoridade. Antes de existir o PSD, o Dr. Balsemão já tinha um pensamento político estruturado e uma acção política bem marcante na defesa dos valores que informam o ideal social-democrata.

É fundador do Partido e o seu militante nº 1. Foi Presidente do PSD e foi Primeiro-Ministro! É primeiro de entre todos nós. A sua liderança deste processo é a garantia de que se respeita o Passado com os olhos postos no Futuro.

Vamos, pois, deitar mãos à obra. Pensando no Partido e trabalhando por Portugal.»

- Luís Rodrigues e Marco Faria



Actividades do Presidente

«Senhor Primeiro-Ministro, tento na língua!» Luís Marques Mendes a José Sócrates, comentando acusações falsas do PM

O presidente do PSD aconselhou, no dia 23, o primeiro-ministro José Sócrates, a “ter tento na língua”, por acusar a oposição de “censura permanente” ao governo.

“Acho que o senhor primeiro-ministro devia ter mais tento na língua e pensar antes de falar”, afirmou Marques Mendes numa reacção às acusações de “oportunismo” que José Sócrates fez sábado [em Mangualde], à atitude de crítica às medidas do governo, assumida pelo PSD e outros partidos.

«Antes de ganhar as eleições o senhor não disse que ia pôr a Saúde mais cara, aumentar os impostos sobre reformados, deficientes ou funcionários públicos, que ia subir de forma extraordinária os combustíveis e a electricidade, que ia introduzir portagens nas SCUTS. Ora, agora está a fazer tudo ao contrário: faz o que não disse e não faz o que disse!»

“Por isso, estou a censurar o governo todos os dias, em tudo aquilo que, no governo, merece censura. O senhor primeiro-ministro está a fazer tudo ao contrário do que disse e prometeu e é isto que irrita as pessoas. Desta forma não há, nem ética, nem verdade, nem seriedade na vida política”, disse ainda Marques Mendes, na sequência de uma visita ao Centro de Saúde do Lumiar, onde expressou a sua “grande preocupação” relativamente a este sector.

“A saúde é uma questão essencial na vida das pessoas e acho que está mais cara, mais difícil e mais longe das pessoas”, argumentou o Presidente do nosso Partido.

Marques Mendes acusou ainda o governo “de não falar verdade, quando diz que, na Saúde, não vai haver aumento de impostos, mas apenas a instituição de novas taxas moderadoras”.

A verdade é que vão ser instituídos verdadeiros impostos de utilização que Sócrates disse que “jamais faria!”: taxas de utilização de cinco euros por dia, em caso de internamento, taxas sobre cirurgias o que, ainda por cima, “não depende das pessoas, depende dos médicos”, que o determinam, afirmou o líder social-democrata.

PSD está preocupado com a desorientação no Governo

Luís Marques Mendes, num jantar com militantes no Seixal, Quinta-feira, voltou a chamar a atenção para “a desorientação total e completa” revelada pelo Governo na última semana, acusando o executivo PS de estar a desperdiçar a maioria absoluta que detém. «O Governo tem maioria absoluta, tinha todas as condições para governar. Mas ao que assistimos é a um Governo desorientado», afirmou Marques Mendes.

Recordando alguns episódios ocorridos nas últimas semanas, como o anúncio do fim da crise feito pelo ministro da Economia ou o desmentido dos professores às declarações do primeiro-ministro de que o Governo tinha chegado a acordo com os docentes, o líder social-democrata considerou estar-se perante «a desorientação do Governo no seu melhor». «É uma desorientação total e completa», frisou, acrescentando que o «Governo não faz a reforma do Estado, mas hostiliza, semana a semana os funcionários públicos».

Marques Mendes acusou ainda o Governo de reincidir no não cumprimento de uma promessa eleitoral, voltando o executivo a propor aumentos de impostos no Orçamento de Estado para 2007. «Mais impostos para os reformados, mais impostos para os funcionários públicos. Uma voracidade fiscal a que nem os deficientes escapam. Maior insensibilidade social não é possível», disse.

Marques Mendes referiu-se ainda às últimas intervenções públicas do secretário-geral do PS na campanha interna do partido, congratulando-se pelo privilégio de ser directamente visado nas críticas de José Sócrates. «Antes o PSD não era importante. Agora já tem o privilégio de uma palavra directa do primeiro-ministro», afirmou o líder social-democrata, lamentando que José Sócrates passe mais tempo a atacar o PSD «do que a pôr ordem na casa».

O presidente do PSD manifestou vontade em ser primeiro-ministro em 2009, mas não querendo «herdar um país com uma economia de rastos, com uma justiça que não funciona e as finanças públicas descontrolada».



Ao Governo: «Valorize a Administração, não a hostilize permanentemente»

Em declarações aos jornalistas, no final de uma visita à Conservatória do Registo Civil de Lisboa, o líder do PSD apelou ao Governo para “valorizar” a administração pública, estimulando os funcionários do Estado, em vez de os hostilizar, sublinhando que as “boas reformas fazem-se com as pessoas e não contra elas”.

“Temos que saber dar alma, estímulo, entusiasmo às pessoas”, defendeu Luís Marques Mendes.

Considerando que é preciso parar com a “hostilização permanente” aos funcionários públicos, Marques Mendes alertou para que “as boas reformas fazem-se com as pessoas e não contra elas”.

“Há que reformar o Estado, modernizar a função pública, mas isso tem de ser feito estimulando e motivando as pessoas”, sublinhou, insistindo: “Sem isso, não vamos a lado nenhum”.

“É preciso valorizar a administração pública e não culpar os funcionários do Estado”, acrescentou.

Uma motivação que, segundo o líder do PSD, passa muitas vezes por “uma palavra”.

“O caminho é reformar o Estado, reorganizá-lo, mas fazê-lo prestigiando os funcionários públicos”, referiu.

Questionado sobre se apoia a greve nacional convocada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e a Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) para os dias 09 e 10 de Novembro, Marques Mendes escusou-se a responder, mas disse compreender “o estado de espírito de muitos funcionários públicos”.

Auto-estradas: Forma de adjudicação do estudo é “um negócio suspeito”

Numa visita de carácter privado, ao Porto, para a inauguração de uma exposição de artes Plásticas, no passado sábado, o líder do PSD, Luís Marques Mendes, foi abordado pela comunicação social, que lhe colocou algumas questões de ordem política, relacionadas com a transformação de algumas SCUT em vias portageadas. Marques Mendes respondeu que a forma como foi adjudicado o estudo que fundamenta a instalação de portagens em várias Scuts é “um negócio no mínimo suspeito” e “indicia relações perigosas”.

“É um negócio no mínimo suspeito, sem concurso público mas com dinheiros públicos e indicia, a não ser dada uma explicação convincente, relações perigosas”, disse Marques Mendes em declarações à Lusa.

O líder social-democrata classificou de “esfarrapadas” as explicações dadas até agora pelo governo sobre o assunto.

“Não convencem ninguém. Impõem-se que não próxima semana o governo dê uma explicação mais cabal” afirmou considerando que o que está em causa “é o princípio da mulher César, que não apenas tem de ser honesta, mas deve sempre aparecer como tal”.

Sobre este assunto, Pedro Duarte, deputado e vice-presidente da bancada parlamentar social-democrata disse, em declarações à Informação, que o PSD irá confrontar o ministro das Obras Públicas aquando da sua deslocação ao parlamento na segunda-feira [passada, dia 29].

“Espero que até lá o Ministro se prepare para dar outro tipo de explicação mais clara e diferente do que tem sido dada”, disse.

Marques Mendes e Pedro Duarte falavam a propósito de uma notícia divulgada pelo semanário Sol, segundo a qual os dois estudos técnicos sobre as SCUT foram atribuídos à empresa que Vasco Gueifão - actual adjunto do secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos - fundou em 2001 com outros quatro sócios e à qual foi “requisitado” pelo Governo, continuando, portanto, com vínculo oficial à empresa.

De acordo com aquele semanário, os estudos foram pagos pela Estradas de Portugal (EP), empresa tutelada por Paulo Campos, e o Ministério das Obras Públicas disse que se trata de “um lapso” a situação de “requisitado” de Vasco Gueifão e que irá proceder “imediatamente à alteração do despacho”.

PSD quer saber quais os cursos que são “passaporte para desemprego”

O líder do PSD, Marques Mendes, no final de uma visita ao Centro de Emprego de Benfica, em Lisboa, anunciou que os sociais-democratas vão apresentar na próxima semana um projecto-lei para que sejam divulgadas quais os cursos superiores com mais e menos saídas profissões mais.

“O Estado divulga periodicamente o número de licenciados que estão no desemprego. Era importante que o país soubesse que cursos tiraram e em que instituições de ensino superior”, explicou.

“Há cursos que manifestamente não têm saídas profissionais, são verdadeiros passaportes para o desemprego”, salientou.

Para o líder do PSD, “é fundamental que os jovens quando terminam o ensino secundário possam escolher um curso superior com toda a informação disponível” para que possam fazer “uma opção consciente e responsável”.

Para Marques Mendes, esta seria uma forma de “prevenir o flagelo dos jovens licenciados no desemprego”, que considerou “duplamente preocupante”.

“O desemprego é sempre preocupante, mas é duplamente dramático para um licenciado: é alguém em quem o Estado, as famílias, os contribuintes investiram muito, mas mesmo muito, em formação superior. E o país necessita de trabalho qualificado!”, frisou.

Marques Mendes sublinhou que “são já mais de 40.000 os jovens licenciados no desemprego”, e alertou que o problema de fundo só será resolvido com o crescimento da economia.

O líder do PSD salientou que não quer “pôr em causa a autonomia universitária”, mas sublinhou que o país “não pode continuar a investir” em formação superior sem saídas profissionais.

“Temo que haja resistência à divulgação desta informação, tal como no passado houve que fazer um ‘ranking’ das escolas”, frisou Marques Mendes.

Numa reunião de quase uma hora com os responsáveis do Centro de Emprego de Benfica, o líder do PSD confirmou que “é viável transmitir publicamente estas informações”.

“Essa informação existe, pode ser tornada pública. O importante é que haja vontade política para o fazer”, salientou.

Sócrates continua a anunciar “Obras Faraónicas” e ao mesmo tempo, a “sacar” maiores impostos aos sacrificados portugueses

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, num jantar que reuniu mais de mil militantes e simpatizantes do distrito de Leiria, nas Caldas da Rainha, acusou o governo socialista de “insensibilidade social” por aumentar impostos e, ao mesmo tempo, se preparar para “voltar a anunciar” a obra faraónica que é o TGV!

“O governo gosta de espremer os portugueses com mais impostos, sejam sobre a classe média, sobre os reformados, os trabalhadores da administração pública, os utentes da saúde ou mais impostos sobre os deficientes para depois, em cerimónias e obras faraónicas, apenas e só servir os objectivos de propaganda”, afirmou Marques Mendes.

“Este é um critério de injustiça social, este é um critério de insensibilidade social”, sublinhou o líder social-democrata durante o jantar.

O presidente do PSD referia-se ao anúncio formal do traçado do TGV, que estava anunciado para o sábado passado, em Lisboa.

“Amanhã [sábado] o primeiro-ministro vai pela segunda vez – ou será pela terceira vez ou talvez pela quarta vez - anunciar o TGV, uma obra faraónica, mais um anúncio de uma obra que já foi várias vezes anunciada”, criticou Marques Mendes, que voltou ainda a censurar o governo de José Sócrates, reafirmando que “dá sinais de grande perturbação” e que o “primeiro-ministro perdeu a serenidade, anda nervoso e irritado”.

Segundo o líder do PSD, “o nervosismo” deve-se “às trapalhadas”, citando que “primeiro foi a trapalhada da crise, depois foi a da electricidade, depois foram os avanços e recuos das SCUTs e agora são os ministros a dizerem que o orçamento não chega para os gastos dos seus ministérios”.

“São trapalhadas todos os dias, que mostram bem o grau de desorientação que vai neste governo”, apontou.

“Um governo assim é um governo que despreza as pessoas, que despreza os compromissos políticos é um governo que afronta todas as camadas sociais com um a enorme insensibilidade social”, sublinhou.

Além das críticas às decisões tomadas, Marques Mendes referiu-se a intervenções públicas de José Sócrates.

PM: nervosismo visível, com as constantes trapalhadas do Governo

“O melhor sinal deste nervosismo foi este: nos últimos dias o primeiro-ministro passou a centrar as suas críticas na oposição, no PSD e no líder do PSD. Pela minha parte agradeço a simpatia”, ironizou.

“Mas gostava de dizer que era muito mais importante que centrasse as suas atenções não a criticar a oposição, mas a governar e a pôr ordem na casa e a resolver os problemas dos portugueses”, frisou.

O líder social-democrata exortou ainda o governo a “fazer a reforma do Estado, um Estado mais pequeno e mais eficaz, com menos funções, mais moderno e menos despesista”.

Considerando que as suas políticas “hostilizam os funcionários públicos (...), hostilizam os professores como hostilizou os magistrados (...) o gover no não faz o que deve, o que devia fazer, que era a reforma do Estado”.

Marques Mendes concluiu que quer “ganhar as eleições em 2009, mas não quer herdar um país adiado”.

- Fontes: Lusa, DN, Público, Sol. Coord. PL



Intervenção sobre a obrigatoriedade da publicação anual de uma lista dos credores da Administração Central e Local

Deputado José Manuel Ribeiro

Assembleia da República, 20 de Outubro 2006

(...)

O Projecto de Lei pretende consagrar a obrigatoriedade da publicação anual de uma lista dos credores da Administração Central e Local.

(...)

Surge como resposta à publicação de uma lista de devedores ao Estado por créditos fiscais, bem como de uma lista de devedores à Segurança Social.

(...)

No nosso entender foi um erro! Dissemo-lo na altura e reafirmamo-lo agora novamente.

Compreende-se, em jeito de contraponto, a pretensão do Grupo Parlamentar do CDS-PP, contudo, em nosso entender, a presente iniciativa não tem quaisquer consequências práticas positivas e nada vem resolver porque não ataca o essencial da questão.

Tal como as medidas do Governo, julgamos que esta proposta padece do mesmo mal.

Mas se a proposta é inconsequente, a matéria é importante, e este momento deve ser aproveitado para analisarmos ponderadamente a postura e o comportamento do Estado.

Há um facto incontornável! O Estado Português dá o pior exemplo e assume-se como o “supremo-devedor”!

Esta afirmação é facilmente comprovada pelo estudo apresentado em finais de Maio deste ano pelo categorizado *Intrum Justitia*, grupo líder no sector da área de cobrança na Europa, que sustenta que o Estado Português demora, em média, 150,8 dias a regularizar os seus pagamentos.

No extremo oposto, como exemplo de boas práticas surge a Estónia, onde as entidades públicas pagam ao cabo de 19,6 dias.

É bom lembrar que a Estónia é um dos mais recentes Estados-Membro da União Europeia.

É, pois, com tristeza que verificamos que Portugal, desafortunadamente, foi considerado o pior país da Europa no que toca a respeitar as suas obrigações e os seus compromissos.

O director da *Intrum Justitia* Portugal retrata bem a situação que em Portugal se vive quando refere (e passo a citar): “os atrasos do Estado acabam por funcionar como bola de neve. Resultado, o Estado deve às câmaras, aos tribunais, às empresas, aos contribuintes. As câmaras devem às juntas, à electricidade, à água, às construtoras. As construtoras aos fornecedores e aos trabalhadores. Os trabalhadores a quase tudo e ainda aos bancos” (fim de citação).

Penso que esta afirmação é bem elucidativa, e por si só, basta para tirar as devidas ilações.

(...)

O mesmo estudo vai mais além e apresenta o Índice de Pagamento Europeu, ou seja, um índice que evidencia o risco de pagamento nos vários países da União Europeia.

Também aqui, Portugal aparece cotado, inexoravelmente, nos níveis mais elevados (e entenda-se elevados, como piores) de todos os países analisados, colocando as empresas portuguesas perante enormes riscos financeiros.

De facto, a média do risco de pagamento no mercado interno português situa-se presentemente em 184 dias, o pior de todos os países!

Um valor preocupante e inaceitável, ao ponto da entidade promotora do estudo entender que é de absoluta necessidade a adopção de medidas que ponham cobro a esta situação. E refira-se que esta recomendação é única e exclusivamente dirigida a Portugal.

Como se não chegasse, ultimamente têm sido publicadas notícias que apontam para um derrapar dos prazos de pagamento às construtoras, motivado pela política adoptada pelo Governo no que se refere aos investimentos de obras públicas, o que fez com que a média de pagamento no sector da construção se situe, actualmente, em oito meses (é verdade srs. Deputados, oito meses – 240 dias), quando há um ano atrás era de seis meses.

E quem refere isto não é uma qualquer entidade ou pessoa, mas sim o Director-Geral da AECOPS, ou

seja, Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas.

Já para não falar da decisão recentemente anunciada pelo Governo, de suspensão dos autos de medição com o único objectivo de adiar pagamentos.

Este é um ciclo vicioso iniciado, alimentado e reforçado pelo Estado, que urge inverter e que obriga a tomar medidas corajosas e pragmáticas, que ajudem a resolver o problema.

A verdade é que, até ao momento, não se vislumbra na acção do Governo qualquer atitude pró-activa.

A este problema, como a muitos outros, o Governo responde com uma intolerável omissão.

Todos se recordam de o Governo, com grande foguetório, ter lançado a “marca na hora” e a “empresa na hora”. Pois muito bem! Este é o momento de se proceder ao “pagamento na hora” ou ao “pagamento a tempo e horas”.

(...)

O Partido Social Democrata não se conforma com o presente estado de coisas e não o vê como um fatalismo. Como partido responsável que é, quer dar um contributo decidido e decisivo para a resolução deste problema.

Foi neste sentido, que há poucos dias o Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, anunciou um “Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas” composto por 15 medidas.

Destas, destaco 3 que têm uma especial incidência na questão em apreço:

Primeira Medida – Obrigar o Estado a um plano de pagamentos, escalonado no tempo, para saldar as dívidas do Estado aos seus fornecedores. No final desse período, as dívidas por cumprir poderão ser usadas pelas empresas como compensação das suas obrigações fiscais.

O objectivo é assegurar o pagamento atempado das dívidas do Estado, fazendo com que este seja uma pessoa de bem, e resolvendo muitos problemas financeiros das empresas.

Segunda Medida – Estabelecer a obrigatoriedade de o IVA resultante de serviços prestados ao Estado apenas ser pago pelas empresas após boa cobrança.

O objectivo é impedir que o Estado, que paga aos seus fornecedores com grandes atrasos, possa exigir o IVA relativo a pagamentos que o próprio Estado ainda não efectuou.

Presentemente, verifica-se uma dupla penalização para as empresas: não só recebem tarde do Estado como ainda são obrigadas a adiantar ao Estado os montantes do IVA que o próprio Estado devia ter pago e não pagou.

Terceira Medida – Transformação automática das dívidas do Estado às empresas em títulos que possam ser por estas negociados com terceiros, por forma a antecipar o seu recebimento.

O objectivo é o de permitir que, decorrido o prazo de pagamento, as empresas possam recorrer ao “factoring” sem sofrerem grandes penalizações, isto é, possam negociar com a banca a antecipação do pagamento das dívidas do Estado permitindo, assim, a entrada antecipada de capitais nas empresas sem sofrerem grandes descontos. Tal só será possível se a dívida do Estado às empresas for automaticamente transformada em dívida pública, logo que decorrido o prazo de pagamento.

Estas são propostas corajosas, concretas e pragmáticas, que pretendem moralizar o relacionamento entre o Estado e as empresas.

É no sentido de resolver este grave e profundo problema que descredibiliza e desacredita o Estado, que apresentaremos no Parlamento um Projecto de Lei contendo estas medidas, esperando, então, que quem verdadeiramente deseja que o Estado funcione como “pessoa de bem”, o vote favoravelmente.

Termino, Sr. Presidente, referindo que Portugal e os portugueses podem contar com o compromisso, o empenho e a dedicação do PSD para a resolução dos seus problemas.

(...)



Intervenção sobre a proposta relativa ao regime geral das contra-ordenações no âmbito do processo contraordenacional do regime jurídico do transporte de mercadorias

Deputado Fernando Santos Pereira
Assembleia da República, 20 de Outubro de 2006



(...)

O Governo traz a esta Assembleia da República o pedido de autorização legislativa para estabelecer, no âmbito do processo contra-ordenacional do regime jurídico do transporte rodoviário de mercadorias, a sanção acessória de apreensão de documentos do veículo, não tipificada no Regime Geral das Contra-Ordenações.

Este pedido de autorização legislativa parte do pressuposto do impacto do transporte rodoviário de mercadorias realizado em território nacional.

E, conseqüentemente, da sua importância negativa, que se traduz na verificação de uma acentuada sinistralidade, envolvendo os transportes de mercadorias, como se plasmava no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, aprovado ao tempo dos Governos da responsabilidade do Partido Social Democrata.

E, tal como se defendia na altura, continua a ser essencial acentuar as medidas de prevenção, fiscalização e repressão, de modo a reduzir a sinistralidade e a contribuir para a segurança rodoviária.

(...)

O actual sistema sancionatório apenas se aplica ao transporte público ou por conta de outrem, pelo que a sua extensão aos transportes por conta própria, configura uma medida de justiça e de equilíbrio, própria de um Estado de Direito.

E, uma vez que o transporte de mercadorias por conta própria não está sujeito a qualquer licença sectorial, não é passível de enquadramento no regime das Contra-Ordenações em vigor.

Esta situação, de manifesta injustiça comparativamente a outros operadores, torna necessária a extensão do regime sancionatório ao transporte por conta própria, para o caso de repetidas infracções por excesso de carga, de forma a impedir o prevaricador de realizar transportes, tal como sucede para os transportadores profissionais.

A solução mais equilibrada para se alcançar este fim, passa, inquestionavelmente, pela apreensão do certificado de matrícula do veículo.

Todos concordamos que os objectivos de redução da sinistralidade devem ser prosseguidos, pela via legislativa, sem descurar, é evidente, a educação, a sensibilização e a prevenção.

Estas áreas, que este Governo lançou ao abandono, e da qual desafectou verbas de forma ilegal, como repetidamente temos alertado no que respeita ao Fundo de Garantia Automóvel, devem merecer uma especial atenção.

Os custos sociais, humanos e económicos derivados dos acidentes rodoviários são de tal modo elevados, que devem merecer o maior consenso entre todas as forças partidárias.

A Proposta de Lei vem acompanhada do projecto de decreto-lei, pelo que as questões que, eventualmente, poderiam suscitar dúvidas, ficam atenuadas.

As sanções pecuniárias parecem-nos ajustadas e a malha utilizada para efeitos da aplicação da medida acessória de suspensão da licença ou de apreensão do certificado de matrícula, do veículo automóvel, afigura-se-nos, igualmente, razoável.

Estamos assim, na generalidade de acordo com a Proposta de Lei.
(...)

O PSD é um partido com sentido de Estado, que em questões essenciais e estruturantes está disponível para encontrar os consensos que potenciem uma estabilidade legislativa que dignifique o legislador e que dê certeza jurídica aos cidadãos.

O combate à sinistralidade é um dos vectores fundamentais para o nosso País, que ainda apresenta números preocupantes ao nível dos mortos e dos feridos graves.

Não podemos continuar a pensar que as coisas só acontecem aos outros e, por isso, a violar sistematicamente, as regras de segurança rodoviária.

Pela Segurança Rodoviária todos somos responsáveis, todos devemos cumprir, todos devemos dar o exemplo, porquanto a nossa vida colectiva passa pelo respeito que devemos ter pela vida dos outros.
(...)

AGENDA PARLAMENTAR

Continuação da Discussão do Orçamento do Estado de 30 de Outubro a 3 de Novembro em sede de Comissão de Orçamento e Finanças

TERÇA-FEIRA, DIA 31 DE OUTUBRO DE 2006, 15.00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Votação do Projecto de Resolução n.º 160/X (PAR)
(Viagem do Presidente da República a Montevideo, Colónia do Sacramento e S. Paulo)

Discussão e votação do parecer, elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o recurso de admissão apresentado pelo PSD, da Proposta de Lei n.º 97/X (GOV)

(Aprova a Lei das Regiões Autónomas, revogando a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro)



Sistema de Informações de Schengen aprovado com os polémicos dados Biométricos inseridos no sistema

O Parlamento Europeu deu um claro sinal de que quer chegar a acordo com o Conselho, em primeira leitura, na legislação que permitirá o acesso mais rápido ao Espaço Schengen por parte dos novos Estados-Membros. Os Deputados aprovaram um conjunto de propostas legislativas do Relator Carlos Coelho que alteram a proposta inicial da Comissão Europeia relativamente à arquitectura institucional do SIS II (Sistema de Informações de Schengen - 2ª geração).

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, foram aprovados por esmagadora maioria (560 votos a favor em 662 votantes) os Relatórios do Deputado do PSD Carlos Coelho relativos à segunda geração do Sistema de Informações de Schengen (SIS II).

As propostas apresentadas pelo Deputado português Carlos Coelho, que correspondiam a um total de mais de 300 alterações às três propostas da Comissão, foram aprovadas pela esmagadora maioria dos Deputados presentes. De salientar que se tratam de dois Regulamentos em matéria de Co-decisão (necessita de acordo do PE e do Conselho) e uma Decisão em processo de Consulta (em que o PE é apenas consultado).

Pela urgência e pela delicadeza do tema, na qualidade de Relator do Parlamento Europeu para esta matéria Carlos Coelho recusou o procedimento legislativo ordinário que passaria por várias leituras do PE e do Conselho e optou por negociar directamente as alterações com o Comissário Frattini e com a Presidência da União. Deste modo poupou-se um ano de processo legislativo que atrasaria significativamente a entrada em Schengen dos dez novos Estados-Membros.

No debate que antecedeu a votação e que contou com a presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia Franco Frattini, Carlos Coelho afirmou que este resultado era “um excelente resultado para a Europa” pois garante “mais segurança e mais protecção de dados”, “mais rigor através da inclusão de dados biométricos” mas também “um excelente resultado para os novos dez Estado-Membros” e ainda “um excelente resultado para o próprio Parlamento Europeu” uma vez que os principais pontos foram salvaguardados.

A propósito Carlos Coelho foi bastante duro para com o Conselho dizendo que “nem sempre esteve bem” acusando-o de ter sabotado “o trílogo de Maio em Estrasburgo infligindo uma derrota à Presidência austríaca” e disse ainda “Espero que não faça o mesmo com este compromisso obtido em Bruxelas no trílogo de 26 de Setembro.”

Segundo o Deputado português “48 horas antes do voto do compromisso na Comissão das Liberdades o Conselho, por iniciativa de um Estado-Membro - a Alemanha - pretendeu abrir aos Serviços Secretos o acesso à base de dados do SIS II.” Para Carlos Coelho “na substância tal



não faz sentido, como se protegem os dados dando-se acesso a estruturas que pela sua definição estão a salvo total ou parcial do controlo das autoridades de protecção de dados? Na relação entre as instituições europeias tem de haver lealdade e boa fé.”

A terminar Carlos Coelho disse ainda que “o Parlamento Europeu honra a sua palavra. Estamos prontos para votar o texto que em longos meses e aturadas negociações conseguimos obter. Espero que o Conselho, por seu lado, honre também o compromisso a que chegou e que o novo SIS com rigor, qualidade e segurança entre em funcionamento o mais cedo possível.”

Informação de “Background”

O Sistema de Informações de Schengen (SIS) é o sistema de partilha de informação que garante a todas as entidades policiais dos Estados-Membros, que fazem controlo nas fronteiras externas da União, o acesso à mesma informação. É este sistema que permite, com a abolição das fronteiras internas da UE, que haja um alto nível de segurança nas fronteiras externas da União Europeia.

Esta segunda geração do SIS vem permitir que os dez novos Estados-Membros possam integrar este sistema e assim integrar o espaço Schengen.

Com esta segunda geração do SIS os níveis de segurança são claramente reforçados, pois passam a estar incluídos neste sistema os dados Biométricos (fotografia e impressão digital) que até aqui não constavam do sistema. Com esta alteração garante-se maior segurança, pois será verificável com maior rigor a identidade do portador de qualquer documento de identificação, combatendo-se a utilização de documentos roubados ou falsificados.

Outra das principais novidades deste sistema prende-se com a possibilidade de existir uma interligação de alertas de várias origens. Com a utilização de novas tecnologias e ferramentas informáticas muito potentes, será possível dar mais “informação inteligente” aos agentes policiais, possibilitando um melhor combate ao terrorismo, ao tráfico de seres humanos e ao crime organizado. Até agora não era possível, mas com o SIS II será fácil às polícias relacionar alertas de diferentes proveniências sobre o mesmo indivíduo ou objecto procurado.

Com um espaço comum cada vez mais alargado sem fronteiras internas, surge como um dos grandes desafios da União Europeia o esforço de controlar cada vez melhor as suas fronteiras com o exterior. Este sistema é um avanço determinante nesse desafio. – **Marques Duarte**



Parlamento Europeu aprova Relatório de Vasco Graça Moura e afecta 400 milhões de euros para a Cultura na UE

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu na semana passada em Estrasburgo, foi aprovado pelos Deputados europeus o Relatório do Deputado Vasco Graça Moura relativo ao Programa Cultura para o período 2007 a 2013 que prevê um total 400 milhões de euros de investimento na Cultura na UE. Os objectivos específicos do programa são promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais, incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais e incentivar o diálogo intercultural.

No debate que antecedeu a votação, referindo-se às propostas adoptadas por sugestão do Parlamento Europeu nesta proposta de consenso com o Conselho, o Deputado do PPE Vasco Graça Moura, destacou “a referência expressa à importância do património cultural comum aos europeus”.

Segundo Vasco Graça Moura esta referência implica a “contemplação constante, na concretização dos três objectivos específicos que o programa consagra, dessa vastíssima herança, sedimentada ao longo dos séculos nos mais variados campos da actividade humana, e que, sendo civilizacional e cultural, é também, necessariamente, identitária.”

Nesta acordo foi ainda possível encontrar os termos de uma modulação satisfatória, tanto para a “duração das acções projectadas em períodos que vão de um a cinco anos, como para a intervenção de operadores culturais por países, em número variável conforme a natureza das acções” e ainda para as fatias do orçamento que serão afectadas a cada um dos sectores considerados, muito em especial a afectação de mais recursos às medidas de cooperação, isto é, aos projectos de menor escala, em comparação com os de maior escala e de cooperação multi-anual.

Segundo Graça Moura “este facto permitirá a contemplação de acções dos pequenos operadores, por via de regra mais próximas dos cidadãos, sem deixar de estimular as acções mais pesadas, de grande visibilidade, com intervenção de mais países e com maior duração no tempo”.

A terminar o Deputado do PSD deixou apenas uma nota negativa

relacionada “com a grande exiguidade de meios com que o programa Cultura 2007-2013 aparece dotado”

Quando da primeira leitura desde Relatório Vasco Graça Moura disse que “um dos aspectos mais fascinantes da nossa civilização está, exactamente, em a Europa dever assumir-se como uma unidade realizada na, e pela, diversidade das suas aberturas ao homem e ao mundo” por isso o Programa Cultura 2007-2013 deve, antes de mais, ser o programa-quadro, não para uma integração, mas para uma intensa “comunicação” cultural entre os cidadãos da Europa e feita à escala da Europa e dos seus valores”.

“Tudo isto significa que as políticas europeias de cultura têm de ser prosseguidas na contemplação sistemática de uma mais-valia europeia, sob pena de, não sendo assim, perderem todo o sentido e acabarem por não se distinguir das políticas de cultura nacionais.

Informação de “background”

Os objectivos específicos do programa são promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais, incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais e incentivar o diálogo intercultural.

O orçamento deste programa é de 354 milhões de euros (a preços de 2004, ou seja, 400 milhões de euros a preços correntes) foi acordado pelas três instituições no contexto do Acordo Interinstitucional sobre o Quadro Financeiro para 2007-2013.

Facilitar o acesso dos pequenos operadores ao programa

Em consonância com a abordagem do Parlamento Europeu, o Conselho diminuiu o apoio comunitário mínimo de 60.000 euros para 50.000 euros e reduziu de 4 para 3 o número mínimo de operadores para as acções de cooperação.

Com o mesmo objectivo de abrir o programa a pequenos operadores culturais, a repartição indicativa do orçamento constantes da posição comum do Conselho consagra mais recursos a acções de cooperação



(projectos de menor dimensão) do que a projectos plurianuais de cooperação (projectos de grande dimensão). As percentagens a que se chegou, ou seja, 32% para os projectos plurianuais de cooperação e 29% para as acções de cooperação, constituem um compromisso entre a proposta inicial da Comissão e o parecer do Parlamento.

Ainda seguindo o parecer do PE, o Conselho introduziu uma maior flexibilidade tanto no que respeita à duração dos projectos plurianuais de cooperação (3 a 5 anos) como das acções de cooperação (1 a 2 anos). - M. Duarte

Vice-Presidente da Comissão Europeia manifesta a Sérgio Marques total abertura para uma avaliação ao transporte aéreo entre a Madeira e o continente



O deputado madeirense ao Parlamento Europeu, Sérgio Marques, manteve uma reunião em Estrasburgo com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jaques Barrot, responsável pelo pelouro dos transportes.

A reunião a pedido de Sérgio Marques, destinou-se a analisar a situação dos transportes aéreos entre a Madeira e o continente português, tendo em conta a carta que o Eurodeputado enviou recentemente ao referido membro da Comissão Europeia.

Recorde-se que nesta carta, Sérgio Marques, depois de traçar **um balanço globalmente negativo ao modo como têm funcionado nos últimos 8 anos as obrigações de serviço público no âmbito do transporte aéreo entre a Madeira e o continente** solicitava à Comissão **que tomasse a iniciativa de proceder a uma avaliação ao funcionamento** destas, tendo em vista a sua revisão urgente.

No entender de Sérgio Marques *“estas obrigações de serviço público são a principal causa da existência de preços excessivos nas rotas entre a Madeira e o Continente”*.

Jaques Barrot manifestou total abertura para, após ouvir o governo Português, **considerar a possibilidade de efectuar uma avaliação ao transporte aéreo entre a Madeira e o continente**, tendo expressado a opinião de que, **face à evolução ocorrida nos últimos anos, se justifica a revisão da obrigações**.

Pede-se auditoria ao Fornecimento de Refeições Escolares e certificação da qualidade das Escolas

Os Vereadores da coligação apoiada pelo PSD, em Braga, Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Carlos Gomes, apresentaram na CMB a seguinte proposta:

Considerando que a Câmara Municipal de Braga vem assegurando, em colaboração com as Autarquias Locais e com a comunidade escolar, o serviço de fornecimento de refeições ao ensino pré-escolar do Concelho e que o Ministério da Educação decidiu igualmente promover um “Programa Nacional de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo”, ao qual a Câmara Municipal de Braga, em grande parte devido aos esforços dos vereadores da Coligação Juntos Por Braga, apoiada pelo PSD, soube também aderir em tempo útil e que a iniciativa do Ministério da Educação previa que a responsabilidade operacional de concretização deste Programa fosse atribuída às Câmaras Municipais, ainda que em parceria com as Juntas de Freguesia, pela sua maior proximidade aos cidadãos e à realidade do terreno.

Considerando que os Protocolos que regulam tal parceria entre a Câmara Municipal de Braga, as Juntas de Freguesia ou a BragaHabit e as entidades fornecedoras das refeições às diversas Escolas foram submetidos à apreciação do Executivo Municipal na reunião de 21 de Setembro último, entenderam os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” que os mesmos continham diversas omissões, entre as quais sobressaía a total ausência de qualquer referência aos mecanismos de fiscalização e monitorização da sua implementação por parte da Câmara Municipal;

As exigências legais que hoje se encontram em vigor em matéria de Higiene e Segurança Alimentar, desde a transposição para a ordem jurídica nacional do Regulamento Comunitário nº 852/2004, através do Decreto-Lei nº 113/2006 de 12 de Junho, são extremamente rigorosas mas necessariamente pertinentes, nomeadamente num contexto como este de fornecimento de refeições às crianças de mais tenra idade;

O fornecimento de refeições escolares deve igualmente preservar aspectos como o valor nutritivo, a variedade e qualidade das refeições disponibilizadas, em conformidade com o sensível período de desenvolvimento físico e motor dos seus destinatários;

Finalmente, é do interesse das entidades promotoras – Câmara Municipal de Braga, Juntas de Freguesia e BragaHabit – e de toda a comunidade escolar (Agrupamentos, Pais e Alunos), obter informação periódica, abrangente e rigorosa, sobre a garantia de cumprimento de tais pré-requisitos, mesmo para além do que é visível no acompanhamento regular de quem gere e utiliza o sistema de fornecimento de refeições.

Por isso, nesta proposta submetida à apreciação do Executivo da Câmara

Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 2 de Novembro de 2006, é pede-se o lançamento de um Concurso Público para a Contratação dos Serviços de uma Empresa de Auditoria ao Fornecimento de Refeições Escolares.

Do Caderno de Encargos deste concurso deve constar a obrigatoriedade da Empresa adjudicatária realizar inspeções periódicas, aleatórias e sem pré-aviso ao fornecimento de refeições em diferentes Escolas, num processo conduzido de forma manifestamente autónoma face à estrutura da Autarquia.

Por acréscimo, deverá a Entidade adjudicatária elaborar Relatórios Trimestrais sobre a metodologia utilizada, as escolas auditadas, os resultados de tais inspeções em matéria de cumprimento das normas emanadas do Decreto-Lei nº 113/2006 e da garantia de equilíbrio nutricional dos planos de refeições distribuídas, bem assim como, fazer constar de tais Relatórios um conjunto de recomendações para a melhoria do sistema.

Tais Relatórios deverão ser remetidos ao Executivo Municipal, aos Agrupamentos Escolares, às Associações de Pais de Escolas abrangidas pelo fornecimento de refeições, à Delegação de Braga da Unidade Operativa de Saúde Pública e à ASAE – Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica no prazo de um mês após a sua elaboração.

A Coligação apoiada pelo PSD apresenta contributos para Opções do Plano/2007: certificação da qualidade das Escolas

Também os mesmos Vereadores consideram que o sector da Educação e, em particular, o 1º Ciclo do Ensino Básico, que se encontra directamente na alçada da Câmara Municipal, atravessa um período de profundas transformações pelo que o Executivo Municipal deve centrar a sua atenção na estabilização dos projectos recentemente implementados por iniciativa do Ministério da Educação (como a generalização do fornecimento de refeições, a promoção de actividades extra-curriculares ou a adopção do dito horário normal).

Por outro lado, entendem estes Autarcas que se é certo que se devem evitar as intervenções panfletárias em localizações sem futuro, não se podem retardar investimentos cruciais com o argumento dos atrasos na elaboração da Carta Educativa.

Assim, no domínio dos investimentos em infra-estruturas educativas propuseram: a criação de Jardins de Infância na antiga Escola do Monte (CELEIRÓS) e na antiga Escola EB1 de PENSO (S. VICENTE), a requalificação da EB1 FRADELLOS, a ampliação da Escola do 1º Ciclo de GUALTAR, o estudo para criação de Creche em SEMELHE, a construção de novos Jardins de Infância e EB1 em TENÕES, LAMAÇÃES/S.VÍTOR, SÉ LOMAR e FERREIROS (Naia), a requalificação da Escola do Picoto/Jardim de Infância (VIMIEIRO), e a intervenção no Jardim de Infância do Monte (NOGUEIRA), para lá da criação de uma Mediateca em FRAIÃO.

Ainda em relação aos equipamentos educativos, os Vereadores do PSD e do CDS sugerem que a Câmara Municipal de Braga deve avançar em 2007 com um projecto de Certificação de Qualidade das Escolas – validando a qualidade dos estabelecimentos de ensino do Concelho, no plano material e imaterial.

Assumindo, pela primeira vez, a liderança em iniciativas municipais no sector da educação, sem ter que esperar pela garantia de financiamentos governamentais, deve a Câmara Municipal de Braga lançar um Plano de Combate ao Insucesso Escolar, avaliando os seus factores determinantes, promovendo Escolas de Verão e apostando nas Novas Tecnologias da Informação.

Da mesma forma, deve a Autarquia prosseguir o desenvolvimento das demais áreas de gestão do Parque Escolar e das actividades extra-curriculares com vista à concretização de uma verdadeira “Escola de Qualidade”.

– CPS/Braga -PSD



Notícias de Cascais

Com a “DNA-Cascais” a Câmara dá o arranque a um ambicioso e inovador programa de desenvolvimento sustentável

No dia 23 de Outubro de 2006 foram assinados, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Cascais, os protocolos com as várias entidades parceiras da “DNA Cascais” para arranque formal da criação do ecossistema empreendedor em Cascais.

A partir de agora, a Câmara Municipal de Cascais, através da Agência DNA Cascais está a promover um programa inovador para o desenvolvimento económico sustentado da região, procurando captar investimento, fixar população, gerar conhecimento e criar emprego. Com o apoio do IAPMEI, fundos de capital de risco e linhas de crédito com garantia mútua, ficarão criadas as condições para o desenvolvimento do empreendedorismo no concelho de cascais.

A operacionalização dos projectos por parte da Agência DNA Cascais é feita em parceria com entidades públicas e privadas. Em simultâneo com a apresentação da DNA Cascais, foram assinados os protocolos com as entidades que participam no programa.

“Os instrumentos e soluções que a DNA Cascais coloca à disposição dos empreendedores, permitem, pela primeira vez, apoiar projectos geradores de valor, sem a necessidade de garantias reais, só ao dispor de uma minoria. O número de parceiros de elevado estatuto académico, associativo ou empresarial que participam nos vários projectos, é para nós um motivo de satisfação e orgulho”, disse Carlos Carreiras, presidente da DNA Cascais e vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais.

O protocolo com o IAPMEI confere a este organismo de investimento público, o estatuto de parceiro global da DNA Cascais e visa o apoio à criação de novos projectos empresariais, com investimentos de 25 mil euros a 2,5 milhões de euros e que têm por objectivo a sustentabilidade económica do concelho de Cascais.

“A participação e empenho do IAPMEI, com todo o seu conhecimento na criação de empresas, é uma mais valia decisiva para o sucesso desta iniciativa. A aposta na criação de novos projectos empresariais, promove e reforça a sustentabilidade económica do concelho de Cascais”, afirmou António Capucho, presidente da Câmara Municipal de Cascais.

Assim a Câmara presidida por António Capucho, de uma forma inovadora e através da Agência DNA Cascais, actua em três áreas – Valor C, Geração C e Pro C – e trabalha, neste momento, para a implementação da área Pro C que visa o desenvolvimento de um Ecossistema Empreendedor no concelho.

O Ecossistema prevê a execução de projectos que passam, entre outros, pelo desenvolvimento do empreendedorismo nas escolas do concelho; pela criação do I concurso de ideias de negócios do concelho de cascais; criação de um banco de ideias; empreendedorismo social; ninhos de empresas; clínicas empresariais/interim management; clube de Business Angels; soluções de financiamento; capital de risco.

“O IAPMEI reconhece que o pioneirismo e inovação deste ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR, através da DNA Cascais, poderá potenciar a iniciativa empresarial e beneficiar de um conjunto de programas e

projectos desenvolvidos pelo IAPMEI, como é o caso do Programa FINICIA”, referiu o Dr. Jaime Andrez, Presidente do IAPMEI.

Entre os instrumentos de financiamento que Cascais irá disponibilizar destacam-se:

Programa FINICIA Eixo I - Projectos de forte conteúdo de inovação até 2,5 milhões de euros por projecto, para os quais o empreendedor deverá assegurar um mínimo de 15%;

Programa FINICIA Eixo II - Negócios emergentes de pequena escala, com financiamento por microcrédito com garantia mútua até 25 mil euros e capital de risco, através da Plataforma FINICIA Cascais, até de 45 mil euros.

Programa FINICIA Eixo III - Fundo FINICIA FAME Cascais, no montante de 500 mil euros, para financiamento de projectos empresariais até 45 mil euros, em actividades de interesse regional.

Constituição de linha de crédito BPI-DNA Cascais, para apoio ao desenvolvimento empresarial do Concelho de Cascais.

– Fonte: Gab. Imp. CM Cascais; Coord. Povo Livre. Fotos Luís Bento

www.dnacascais.pt

A Agência DNA CASCAIS – CASCAIS UM CONCELHO EMPREENDEDOR, foi constituída pela Câmara Municipal de Cascais, em conjunto com a EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais e a DTCE - sociedade de Desenvolvimento Turístico da Costa do Estoril, no sentido de promover o empreendedorismo no concelho de Cascais, nomeadamente na implementação do ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR.

www.cm-cascais.pt

A Câmara Municipal de Cascais está empenhada em desenvolver o empreendedorismo, criatividade e inovação na sua área de jurisdição que engloba as freguesias de Carcavelos, São Domingos de Rana, Parede, Estoril, Alcábaldeche e Cascais.

www.iapmei.pt

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, IAPMEI, é o principal instrumento das políticas económicas direccionadas para as micro, pequenas e médias empresas dos sectores industrial, comercial, de serviços e construção, cabendo-lhe agenciar condições favoráveis para o reforço do espírito e da competitividade empresarial.



Notícias de Ílhavo

Município: continuar a Crescer, actividades e planos

No período 1998/2005, a actuação da Câmara Municipal de Ílhavo assentou na promoção e realização de acções e obras geradoras de desenvolvimento global e integrado do Concelho de Ílhavo, sentida e visível por todo o Município e por todos os Municípios, com a elevação da sua qualidade de vida.

O mandato autárquico 2005/2009 reveste-se de grande importância para os Municípios e para Portugal. Tarefas tão capitais como a utilização dos últimos Fundos Comunitários do Quadro Comunitário de Apoio 2000/2006 e a boa preparação e aproveitamento do próximo pacote financeiro de apoio da União Europeia a Portugal (para o período 2007 a 2013), exige uma gestão autárquica devidamente atenta e agressiva.

As Pessoas, o Ambiente e a Reforma dos Serviços Municipais têm sido os pilares base da verdadeira, evidente e muito positiva mudança que temos vindo a concretizar no nosso Concelho desde Janeiro de 1998, mantendo-se como elementos basilares do trabalho a desenvolver no presente Mandato 2005 / 2009.

O objectivo fundamental deste Mandato é Continuar a Realizar, obras e acções relevantes para o desenvolvimento integral do Município de Ílhavo, nas várias áreas de actividade. O Programa de Acção assenta sobre três “vigas fundamentais”:

Ambiente e Desenvolvimento Sustentado:

A boa gestão do ambiente e a correcta utilização dos excelentes recursos naturais do Concelho, promovendo um desenvolvimento crescente e harmonioso, num ambiente urbano humanizado, estão na base das acções de investimento na melhoria da qualidade de vida dos Cidadãos, tendo sempre o Homem como elemento principal.

Emprego e Coesão Social:

A dimensão social do desenvolvimento é cada vez mais a prioridade do investimento e da atenção do Poder Local, sendo que a promoção do emprego e do apoio aos mais desfavorecidos, às Crianças e aos Idosos, ocupa um lugar relevante nessa acção.

Inovação e Reforma Económica:

O dinamismo da actividade económica exige atenção e parceria entre o sector público e o sector privado, requer o apoio às actividades tradicionais e a promoção da inovação como mecanismo de resposta aos novos desafios que se colocam às empresas e às entidades públicas.

A orientação do programa de acção incorpora ainda linhas orientadoras chave, ao nível dos instrumentos e da filosofia de trabalho:

Desenvolvimento integral e integrado;

- Reforçar o trabalho de solidariedade institucional;
- Parceira com as Pessoas;
- Reforço das parcerias com entidades públicas e privadas;
- Acrescentar valor à nossa terra.

Das Escolas às Estradas, do Saneamento Básico aos Mercados, dos Museus às Unidades de Saúde, da Qualificação Urbana aos Jardins, das Piscinas à Biblioteca vamos continuar a realizar obra e a prestar serviços, com o objectivo base de elevar a qualidade de vida de todos.

A realização de actividades na área da Acção Social, da Educação, da Juventude, da Cultura, das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, do Ambiente, da Segurança Rodoviária, do apoio ao trabalho das Associações, das várias iniciativas que marcam cada ano – Festival de Teatro, Semana Jovem, MarAgosto, Maior Idade, ..., - marcam outro tipo de obra que assinala a construção de solidariedade entre todos, fundamental para a construção de uma melhor qualidade de vida, numa sociedade de Homens que queremos cada vez mais viva e participativa.

Somos o Município que tem “O Mar por Tradição” e vamos continuar o

trabalho de afirmação política regional e nacional do nosso Concelho, ao mesmo tempo que aumentaremos o investimento na sua promoção e visibilidade.

Trabalhamos em equipa, com as Juntas e Assembleias de Freguesias, com a Assembleia Municipal, com o Governo e com a União Europeia, com as Associações e as Empresas, para conseguirmos fazer Mais e Melhor.

Terminado o primeiro ano de mandato (28 OUT 2005 a 28 OUT 2006), referenciam-se as principais obras que se disponibilizaram à população:

- Parque Illiabum (com Campo de Mini-Golf) e Novo Posto de Turismo de Ílhavo

- Via da Colónia Agrícola e Via da Ria (rede viária estruturante)
- Edifício de Serviços Públicos da Barra
- Saneamento Básico da Ermida e Carvalheira (1ª fase)

Em desenvolvimento estão outras importantes obras para o Município, das quais se destacam:

- Centro Cultural de Ílhavo
- Saneamento Básico da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo (1ª fase)

- Novo Arruamento na Zona Industrial da Mota (envolvente à Ceramic)
- Estação Elevatória da Zona Industrial da Mota
- Via de Ligação à A17 (CMI + Lusoscut)

Sob a gestão do Governo e após longos anos de pressão da CMI para que essas obras se materializassem, estão agora em pleno desenvolvimento:

- Reabilitação da Ponte da Barra (a concluir em meados de 2008)
- Quartel da GNR da Gafanha da Nazaré (a concluir até final de 2006).

Além dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia e as Associações do Município, justificam destaque especial de entre as múltiplas iniciativas desenvolvidas em 2006 nas áreas da Educação, Cultura, Desporto, Acção Social, Juventude, Turismo, Ambiente, três delas, pelo seu carácter excepcional:

- Aprovação da candidatura da CMÍlhavo a integrar a Regata “500 anos do Funchal” (Falmouth / Ílhavo / Funchal); esta importante iniciativa, integra-se no quadro das regatas de 2008 da “Sail Training International”;

- Várias acções de Modernização Administrativa, que têm permitido disponibilizar novas capacidades e mais eficiência dos Serviços Municipais aos Cidadãos, e um renovado site em www.cm-ilhavo.pt.

- Plano Municipal de Intervenção Educativa 2005/2006 e 2006/2007, com a apresentação de todas as acções e projectos da CMI para esta área que continua a ser a primeira prioridade da actividade da CMI.

Vivemos agora o tempo de preparar o Ano 2007. Com um extraordinário nível de dificuldade para a sua planificação, 2007 terá um Orçamento de Estado com mais contrariedades para a gestão das Autarquias Locais, uma nova Lei de Finanças Locais que constituirá um grave atentado à capacidade de acção política e de gestão financeira das Autarquias Portuguesas, e um novo Quadro de Fundos Comunitários (para o período 2007/2013) que esperamos seja uma boa oportunidade de investimento, embora apenas disponível lá para meados do ano.

Continuaremos com empenho a trabalhar no aprofundamento do intermunicipalismo com a presidência da Associação de Municípios da Ria e da Grande Área Metropolitana de Aveiro, procurando fortalecimento político, economias de escala e escala política mais relevante para o aproveitamento de oportunidades, das quais se destacam os Fundos do QREN 2007/2013.

Município de Ílhavo: o ano 2007 será marcado por dois acontecimentos extraordinários:

- comemorações dos 70 anos do Museu Marítimo de Ílhavo;
- inauguração e activação do Centro Cultural de Ílhavo (localizado ao lado dos Paços do Concelho), com as suas diferentes capacidades: Auditório para 520 pessoas (com tea de palco), Galeria/Foyer. Salas de Exposições, Sala Polivalente (ensaios), assim como a Praça (de utilização pedonal), o Parque de Estacionamento (para 200 viaturas, em cave) e as Lojas (seis).

Em 2007, esperamos que as obras da Ligação Ferroviária do Porto de Aveiro à Linha do Norte e a 3ª fase da Via de Cintura Portuária (Av. Bacalhoiros, Gafanha da Nazaré), iniciem finalmente a sua execução, respondendo dessa forma a uma velha necessidade, concretizando assim estruturas fundamentais para a sustentabilidade do Porto e para qualidade de vida da população residente nas proximidades do Porto de Aveiro.

A determinação de cumprir bem o compromisso assumido com os Cidadãos do Município de Ílhavo na Eleição de 9 de Outubro 2005, continua forte e bem viva, para continuarmos a mudar a Nossa Terra, fazendo por ela Mais e Melhor.

- CM Ílhavo

Notícias de Lisboa

Câmara aprova estudos de viabilidade financeira para os bairros Pe. Cruz e Boavista

A Câmara de Lisboa aprovou quarta-feira da semana passada, os estudos de viabilidade financeira elaborados pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) para as operações de reconversão urbanística dos bairros Padre Cruz e Boavista.

O estudo apresentado pela vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara (PSD), prevê a construção de 2.538 fogos, 1.412 dos quais destinados a realojar os moradores dos bairros Padre Cruz e Boavista.

O financiamento do projecto passa pela venda de 1.126 fogos de habitação “Epul Jovem” a custos controlados, contemplados no projecto.

No bairro da Boavista, serão construídos 922 fogos, que incluem as habitações destinadas a realojar 500 agregados, representando um investimento de cerca de 84 milhões de euros (11 milhões participados pelo Instituto Nacional de Habitação).

No bairro Padre Cruz serão construídos 1.616 fogos, que incluem as habitações para o realojamento de 124 agregados, num investimento de 124 milhões de euros (19 milhões de euros da responsabilidade do Instituto Nacional de Habitação).

Neste último bairro, 70 por cento do investimento é coberto pelo modelo de negócio da venda dos fogos da “Epul Jovem” e o restante é assegurado pelo recurso ao crédito bancário.

No bairro da Boavista, a venda da habitação “Epul Jovem” é responsável por 84 por cento do investimento e os restantes 16 por cento assegurados pelo crédito bancário.

O investimento total é de 208 milhões de euros, com o Instituto Nacional de Habitação a participar em cerca de 30 milhões de euros, a venda dos fogos da “Epul Jovem” a assegurar 143 milhões de euros e o recurso ao crédito bancário, 43 milhões de euros.

No bairro da Boavista, além da habitação, o projecto inclui a construção de um centro geriátrico, um jardim de infância, dois centros de actividades de tempos livres (ATL), uma creche, o espaço destinado a uma unidade de saúde familiar e uma nova sede de escuteiros.

No bairro Padre Cruz, são contemplados três ATL, um centro geriátrico, duas creches, um centro de convívio, espaços reservados a uma unidade de saúde familiar, uma sede dos escuteiros, um posto dos correios, uma esquadra da PSP, um posto de limpeza, e o mercado será reabilitado.

A vereadora Gabriela Seara prevê que os primeiros alojamentos aconteçam na Boavista, no terceiro trimestre de 2008, e no bairro Padre Cruz, no quarto trimestre de 2009.

A conclusão da obra, com todos os alojamentos realizados, deve ter lugar no segundo semestre de 2011.

As obras devem arrancar no final de 2007, na Boavista, e no primeiro trimestre de 2008, no bairro Padre Cruz.

As propostas foram aprovadas pelo PSD, CDS-PP e PCP, com a abstenção dos vereadores do PS e o voto contra do vereador do Bloco de Esquerda.

O socialista Dias Baptista, considerou “insuficiente” o estudo a apresentado por Gabriela Seara, apesar de se congratular com a apresentação das propostas de reabilitação dos bairros.

O vereador eleito pelo Bloco de Esquerda, defendeu a reabilitação das



actuais habitações do bairro Padre Cruz, em vez da construção de novos fogos, sublinhando ser esse o desejo de 70 por cento da população do bairro.

“Estou convencido de que tínhamos com um investimento menor uma maior satisfação das pessoas”, disse.

Esta ideia foi de imediato e veementemente combatida pelo vereador comunista Ruben de Carvalho, que considera a recuperação das actuais casas “praticamente impossível”, considerando que a implantação dos parâmetros necessários de saúde, higiene e conforto, mesmo que fosse possível – e não é – custaria várias vezes mais que a construção nova de raiz.

A Câmara de Lisboa promoveu a construção do Bairro Padre Cruz entre os anos 1959 e 1962, para realojar a população afectada por obras de remodelação urbanística, proveniente de diversos locais da cidade, nomeadamente de moradores da Quinta da Calçada, desalojados do núcleo de barracas que antes ali existia na altura da construção da Cidade Universitária.

Segundo um estudo da Gebalis - Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, actualizado em Março de 2005, o Bairro Padre Cruz engloba 916 fogos, dos quais 844 se encontram habitados e 72 fechados, incluindo 22 que estão emparedados.

Constituído por pequenas casas desmontáveis, o bairro da Boavista foi inaugurado em 25 de Outubro de 1941 e destinava-se a acolher famílias que moravam nos bairros das imediações do Parque Florestal do Monsanto: Sete Moinhos, Estrangeiras de Cima e de Baixo, Fornos de cal, Ponte Nova, Cruz das Oliveiras, Porta de Queluz e Furnas de Monsanto.

Actualmente, o bairro é constituído por 1.049 habitações e por 510 moradias.

Destas moradias, segundo o estudo da Gebalis, 492 estão habitadas e 18 encontram-se devolutas ou emparedadas.

A reabilitação dos bairros deverá envolver a cooperação entre a autarquia, juntas de freguesia, associações de moradores, culturais, recreativas, desportivas, de pensionistas e reformados, no sentido de identificar os problemas e executar as soluções adoptadas, segundo uma proposta aprovada por unanimidade pelo executivo camarário a 30 de Março deste ano.

Assembleia Municipal aprova limitações a cartões de estacionamento para residentes

A Assembleia Municipal de Lisboa realizada no passado dia 24, aprovou a limitação de cartões de estacionamento para residentes, a quatro por habitação, dos quais apenas um será gratuito.

Os lugares reservados a residentes, nos estacionamentos de superfície geridos pela Empresa Municipal de Estacionamento (EMEL), que eram ilimitados e gratuitos, passam a ser limitados a quatro por fogo, com o segundo cartão a custar 25 euros por ano, o terceiro 100 euros e o quarto 150 euros.

A vereadora com o pelouro da Mobilidade na Câmara de Lisboa, Marina Ferreira (PSD), defendeu na AML que estas medidas visam alterar a situação de “abuso” verificada.

De acordo com a proposta da vereadora os cartões passarão a ter a validade de um ano, em vez dos anteriores três anos.

Será também criado um cartão de estacionamento para comerciantes, que custará 25 euros mensais.

Para Marina Ferreira, este cartão dará “um contributo para a fixação dos pequenos e médios comerciantes” na cidade.

Quanto à alteração dos estatutos da EMEL, que permite que os fiscais possam, por exemplo, passar multas, foi aprovada com os votos favoráveis dos deputados do PSD, CDS-PP e PS, e os votos contra do PCP, PEV e BE.

Apesar de entrarem em vigor depois de aprovação em Assembleia Municipal, as novas regras deverão apenas começar a ser aplicadas em Janeiro, para permitir adaptar os equipamentos, segundo disse à Lusa fonte oficial do Gabinete da vereadora.

Programa de Habitação para a Inclusão quer ajudar grupos de risco a reintegrarem-se na sociedade

A Câmara pretende disponibilizar habitação temporária a pessoas que estejam a ser auxiliadas por entidades ou instituições sociais mas que necessitam de um alojamento para poderem finalizar a sua etapa de inclusão no meio social. Crianças em risco, indivíduos sem abrigo, prostitutas, toxicodependentes e ex-reclusos são considerados prioritários.



O processo de candidatura a estas habitações terá de partir, sempre, das instituições que acompanham as pessoas em risco, tendo essas mesmas instituições a obrigação de fazer o acompanhamento da evolução dos indivíduos durante o período em que permaneçam nestes alojamentos, período esse que nunca poderá exceder os quatro anos. A bolsa inicial deverá ser constituída por cerca de 30 fogos, espalhados pela cidade.

A Câmara Municipal, identificou já alguns dos organismos e instituições com que poderão vir a ser estabelecidos protocolos de cooperação nesta matéria. Teremos por exemplo, no caso das crianças em risco, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; a Associação O Ninho e a Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor para a prostituição; O Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça no caso dos ex-reclusos; a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o pelouro da Acção Social da CML para os sem abrigo e o Ministério da Saúde, que poderá ainda indicar algumas instituições para o caso dos toxicodependentes.

A ideia principal é proporcionar às pessoas em fase avançada de readaptação à realidade social, a oportunidade de terem um espaço seu, ainda que temporariamente, para poderem aprender ou reaprender a fazer coisas aparentemente simples como a gestão e manutenção de uma casa ou simplesmente a relacionarem-se com os seus vizinhos.

“Uma das grandes dificuldades que hoje se coloca às entidades que trabalham no esforço de inclusão social dos grupos sociais desfavorecidos é não disporem de alojamentos que facilitem a última fase do processo, ou seja, a integração na comunidade, pondo-se assim muitas vezes em causa todo o investimento efectuado na inclusão destas pessoas”, lê-se no preâmbulo da proposta de Regulamento do Programa, onde se acrescenta ainda que “estes aspectos relacionados com o desenvolvimento de competências sociais e de organização de vida poderão ser vitais para o sucesso do processo inclusivo”.

“É no sentido de apreender a habitação como um instrumento de inclusão social que se lança este programa”, diz ainda o Regulamento.

Estão previstos para um futuro próximo dois programas semelhantes a este, um para idosos e outro para imigrantes. O Regulamento deste programa vai brevemente ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, sendo o próximo passo a assinatura dos protocolos com as referidas instituições. – Fonte:©CML

Notícias da Madeira

PSD quer exame às contas das duas Regiões Autónomas

O PSD Madeira junta-se a Marques Mendes e tem o acordo do PS local, no pedido de criação de uma comissão independente, a funcionar junto do Banco de Portugal, para avaliar as contas da Madeira.

Mas os sociais-democratas regionais querem que o âmbito desta comissão (à semelhança das que já avaliaram o valor do défice das contas públicas nacionais) não se fique pela Madeira e seja estendida aos Açores.

Após as declarações de Marques Mendes, Filipe Malheiro, secretário-geral adjunto do PSD/Madeira, concordou com a proposta, considerando-a “uma boa base de trabalho desde que o estudo abranja as duas regiões autónomas, incluindo o apuramento do PIB real da Madeira e dos Açores. Se as transferências do Estado terão por base este indicador, seria bom saber se estamos ou não perante uma farsa”, disse.

Para o dirigente social-democrata, “se o PIB dos Açores é assim tão baixo, apesar dos milhões e milhões de euros que lhe foram atribuídos ao longo de vinte anos, quer pelo Estado mas, sobretudo, pela União Europeia, só há duas leituras. Ou houve uma má aplicação dos fundos comunitários, cujos contornos deverão ser esclarecidos, ou os Açores é uma região sem solução”, afirmou aquele dirigente.

A polémica está instalada. Nos próximos cinco anos, o Ministério das Finanças vai cortar 119,6 milhões de euros à Madeira, uma penalização devido ao excesso de endividamento, consequência de uma operação de venda agregada de créditos a fornecedores no valor de 150 milhões de euros. Alberto João Jardim ameaçou recorrer aos Tribunais alegando a violação do Estatuto Político-Administrativo.

Entretanto, são muitas as reacções da maioria. João Jardim promete “não baixar os braços” enquanto Coito Pita, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD/M, apelou aos madeirenses, “independentemente da cor política, para aderirem à greve geral da Função Pública de 9 e 10 de Novembro”.

A polémica entre os responsáveis políticos madeirenses e o Governo nacional estalou já há algum tempo, com a apresentação pelo Executivo da proposta de alteração à Lei das Finanças Regionais. O PSD Madeira fala em perseguição política.

PSD/Madeira pede ao presidente da República que veto a Lei

A Assembleia Legislativa da Madeira deverá aprovar esta semana, um projecto de resolução do PSD-M em que pede o veto do Presidente da República à nova Lei de Finanças Regionais, apresentada pelo Governo de José Sócrates.

Na resolução, com aprovação garantida os sociais-democratas solicitam a Cavaco Silva que “exerça os seus poderes constitucionais de veto e de fiscalização da lei” que prevê, já para 2007, um corte de 45 milhões de euros nas verbas para a Madeira.

O PSD-M considera que a nova Lei das Finanças Regionais, e que regula as relações financeiras entre o Estado central e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, prevê “uma política centralista, num regresso ao passado, sendo a negação dos progressos alcançados com as autonomias das Regiões”.

Os sociais-democratas consideram inconstitucional a “subversão do conceito de solidariedade nacional”, ao minimizar a obrigação do Estado em suportar o custo das desigualdades derivadas da insularidade.

No texto, o PSD indica ainda como inconstitucionalidade o incumprimento do Estatuto Político-Administrativo, que estipula que “em caso algum as transferências podem ser inferiores ao montante transferido pelo Orçamento do ano anterior multiplicado pela taxa de crescimento da despesa corrente no Orçamento do ano respectivo”.

A nova lei de Finanças das Regiões Autónomas foi também hoje tema de debate na Assembleia Legislativa.

O vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, Coito Pita, denunciou que a lei é um “ataque não é só a Alberto João Jardim e ao PSD”, mas também “ao povo da Região Autónoma da Madeira, que tem de dizer basta e se necessário dar o ‘grito de Ipiranga’ por mais e verdadeira autonomia regional”.

Governo Regional recorre para os tribunais da sanção de Lisboa

O Governo Regional anunciou no dia 27 que irá recorrer aos tribunais, da decisão do Ministério das Finanças em aplicar uma sanção à Região, por ter



sido apurado um alegado défice adicional de 119,6 milhões de euros no orçamento de 2005.

Esta decisão é hoje expressa, num comunicado intitulado “Inadmissível”, emitido pelo Gabinete da Presidência e assinado pelo presidente do executivo madeirense, Alberto João Jardim.

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, anunciou que o Governo da República vai reduzir as transferências orçamentais para a Madeira durante os próximos cinco anos, por ter sido apurado um défice adicional nas contas da região em 2005 de 119,6 milhões de euros.

Em face disso, o Governo da República, já este ano, vai reduzir em 14,6 milhões de euros as transferências do orçamento de Estado.

Nos próximos quatro anos, as transferências para a Madeira vão ser reduzidas em cerca de 21 milhões de euros por ano, até perfazerem um total de 119,6 milhões de euros.

Este corte de verbas é considerado, no comunicado da Presidência do Governo Regional assinado por Alberto João Jardim, “uma inadmissível confusão entre aumento do endividamento e cessação de créditos, único caso em que tal pseudo-sanção foi internamente desencadeada”.

O comunicado realça, ainda, que “em relação ao défice excessivo do Estado português, a União Europeia não aplicou qualquer sanção e deu um prazo alargado de normalização”.

“O Governo Regional da Madeira não considera o assunto encerrado - continua a nota assinada pelo presidente do executivo regional - e, em consequência, recorrerá aos tribunais, face à violação do Estatuto Político-Administrativo da Madeira e da Lei de Finanças Regionais, onde não se prevê qualquer sanção nestas matérias”.

“Para já, o que releva - conclui o comunicado - é a falta de educação de autoritariamente se convocar um membro do Governo Regional da Madeira, só para comunicar uma informação que, no mesmo dia e hora, o presidente do Governo recebera por escrito”.

À saída de uma reunião com o presidente do Governo Regional, o secretário regional do Plano e Finanças, Ventura Garcês, reiterou que a operação de cessação de créditos não contribuiu para o aumento do défice público regional e que a mesma foi desencadeada pelo facto do ministro das Finanças não ter autorizado um empréstimo ao BEI no valor de 100 milhões de euros.

“O ministro indeferiu o pedido só a 28 de Outubro deste ano, depois dos projectos já estarem em velocidade de cruzeiro”, acrescentou.

Ventura Garcês sublinhou ainda que o pedido de empréstimo foi accionado com base na disposição do Orçamento de Estado de 2005 que, segundo o secretário, fixava a possibilidade das Regiões Autónomas poderem recorrer ao endividamento “para financiarem projectos co-financiados pela União Finanças desde que autorizados pelo ministro das Finanças”.

Ventura Garcês revelou também que foi enviada ao ministro uma lista elencando as obras que seriam objecto de financiamento daquele empréstimo.-

Fontes: Lusa, DN. Fotos, arquivo PL

EC.

Notícias de Loures

CPS de Loures realiza exposição de Artes Plásticas



Nos passados dias 13, 14 e 15 de Outubro, realizou-se na Sede do PSD da Secção de Loures, no Parque Residencial do Almirante, em Santo António dos Cavaleiros, a 1.^a Exposição de Artes Plásticas com obras dos Artistas do concelho, Motta Guedes, José Andrade, e Manuela Costa.

Ao evento, compareceram diversas entidades em representação de entidades locais, bem como personalidades convidadas, a Presidente da Distrital do PSD de Lisboa, os Vereadores do PSD de Loures e muitas dezenas de militantes e da população local. – CPS/PSD



Notícias de Ovar

Vereadores eleitos pelo PSD tomam posições firmes relativamente a assuntos cruciais



A posição dos Vereadores do PSD, relativamente a dois assuntos muito importantes para a nossa Terra,

- Intenção de adjudicação da empreitada da Avenida da Praia, em Cortegaça;
 - Alteração aos projectos iniciais das infraestruturas do Plano de Pormenor do Núcleo Desportivo a Norte de Ovar,
- discutidos na última sessão de Câmara desta cidade, foi a seguinte:

Empreitada da Avenida da Praia (Cortegaça)

Os Vereadores do PSD votam favoravelmente a proposta apresentada de intenção de adjudicação da empreitada da Av.^a da Praia, em Cortegaça. Contudo, alertam para o perigo que constitui o facto do concurso público que esteve inerente, ser suportado apenas no critério “preço”, uma vez que o critério “garantia de boa execução” ser ponderado de igual forma para todos os candidatos admitidos, não constituindo um factor diferenciador.

Assim, e tendo presente o quadro legal em vigor, nomeadamente, o DL n.º 59/99, de 2 de Março que estabelece o regime do contrato administrativo de empreitada de obras públicas, parece-nos que outros critérios poderiam (ou deveriam) ser ponderados, entre os quais, o prazo de execução, a valia técnica da proposta, a capacidade económica, financeira e técnica dos concorrentes ou os recursos a afectar à empreitada.

Desta forma, estaríamos a introduzir uma maior salvaguarda do interesse público e da qualidade e durabilidade da obra, não reduzindo ao factor “preço” o único factor de apreciação do mérito dos concorrentes.

Isto porque, o concorrente vencedor sugerido pela comissão de análise de

propostas, apresenta um valor 30% abaixo do valor base estimado, o que poderá indicar uma menor capacidade para efectuar esta obra com as garantias de uma boa execução.

Os Vereadores do PSD estarão atentos à evolução desta obra, nomeadamente, a eventuais “trabalhos a mais” ou “trabalhos complementares”.

Infra-estruturas do Plano de Pormenor do Núcleo desportivo a Norte de Ovar

Os Vereadores do PSD votam favoravelmente a proposta de alteração aos projectos iniciais das infra-estruturas do Plano de Pormenor do Núcleo Desportivo a Norte de Ovar, porque as mesmas não dão origem a custos suplementares para a Câmara Municipal de Ovar, como sempre o defendemos, sendo esses encargos assumidos pelo promotor do empreendimento.

Contudo, os Vereadores do PSD recordam e sublinham as dúvidas que forma levantadas na reunião de 20 de Julho de 2006, a propósito da responsabilidade da autarquia em assegurar os custos das infra-estruturas fora do lote onde está a ser construído o empreendimento.

Na nossa opinião, os pareceres jurídicos não esclarecem essa dúvida. Pelo contrário, adensam ainda mais esse aspecto e, como tal, nós reforçamos a ideia de que não deveria caber ao município suportar mais esses encargos, até porque a CM Ovar já foi generosa na concessão de um pacote de benefícios fiscais.

O que agora estamos a votar é de uma grande incoerência porque, das duas uma, ou não cabe à autarquia suportar o custo das infra-estruturas e, então, não teria de pagar coisa alguma, ou então, essa deveria ser sua responsabilidade e deveria suportar os custos já aprovados de 1.110.382,00 € e os custos inerentes a estas alterações agora apresentadas.

Não entendemos esta incoerência por parte do executivo, mas só vem dar razão aos Vereadores do PSD.

– CPS/PSD - Ovar



A Proposta de Lei das Finanças Locais – incidências políticas

José Ribau Esteves (*)



A Proposta de Lei das Finanças Locais que o Governo recentemente aprovou e fez dar entrada na Assembleia República, fere de forma grave os interesses das Populações e a capacidade de actuar e servir do Poder Local, nomeadamente por:

a) Grave limitação da autonomia do Poder Local e do respeito pela sua acção, que é legitimada por uma eleição directa, com a criação de várias situações de limitação política;

b) Grave limitação da capacidade financeira dos Municípios, reduzindo a perspectiva de transferências financeiras, condicionando vários mecanismos de gestão (pessoal, financiamento bancário, entre outros), criando mecanismos externos de auditoria sem assumir eficientes mecanismos de regulação da gestão Municipal.

No capítulo das limitações políticas, de entre as várias destacam-se três:

- a necessidade da assinatura de três Ministros para aprovar contratos de financiamento bancário para realização de acções de reabilitação urbana e de obras comparticipadas por Fundos Comunitários;

- a reiterada transposição de definição de limites de acção (na gestão de recursos financeiros e humanos) para a Lei do Orçamento de Estado, deixando assim para o campo da anualidade, matérias fundamentais para a gestão que necessitam de estabilidade que uma Lei de Finanças Locais deve definir de per si;

- a entrega aos Municípios do poder de reduzir o IRS em 3% (retirando essa receita

do orçamento dos Municípios), numa entrega a outrem de um importante compromisso político do actual Governo (que o próprio entende não ter condições para cumprir), e do respectivo ónus político pela decisão de não redução.

No que respeita à limitação da capacidade financeira, de entre as muitas situações (algumas delas que se repetem das Leis do Orçamento de Estado, desde 2002), realçam-se três:

- agravamento da sustentabilidade financeira dos Municípios de menor capacidade de gerar receitas (por regra Municípios localizados no interior), introduzindo mecanismos de distribuição dos Fundos do Orçamento de Estado, que atentam contra a construção de uma sólida coesão nacional;

- a diminuição substancial (para menos de metade do limite da actual Lei) da capacidade dos Municípios utilizarem o financiamento bancário, nomeadamente para a realização de investimentos;

- definição de um conjunto de obrigações de amortização repentina de passivos legítimos (contraídos ao abrigo da Lei vigente), com um quadro de sanções financeiras, que no seu conjunto vão diminuir a capacidade de investimento dos Municípios.

Exige uma especial nota negativa, o tratamento diferenciado que o Governo quer aplicar ao Poder Local, não utilizando a devida reciprocidade entre as exigências que define para o Poder Local e para o Poder Central. Existem exemplos dessa situação, entre outras, ao nível da cobrança de impostos e gestão de isenções, dos mecanismos de auditoria externa, do contributo para o défice das contas públicas (para o qual os Municípios contribuem com zero), do contributo para a dívida pública (para a qual os Municípios contribuem com apenas 5%).

Os Municípios e as Freguesias de Portugal (na sua esmagadora maioria) e muito em especial na sua Associação Nacional de Municípios Portugueses, têm estado a pugnar pela defesa dos interesses das Populações, lutando por uma Lei das Finanças Locais que crie mais capacidade de acção do Poder Local e não seja limitadora da sua importante acção, como acontece com a presente Proposta de Lei do Governo.

Nos tempos que vamos vivendo, e no futuro próximo (com destaque para o período 2007/2013) reveste-se de extraordinária importância a boa capacidade financeira dos Municípios Portugueses, para que possam continuar a concretizar objectivos de desenvolvimento do País e de bem servir as Populações, com o aproveitamento da oportunidade dos Fundos Comunitários do Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013, e de forma a dar seguimento ao notável trabalho do Poder Local, realizado pelo desenvolvimento de Portugal e pela qualidade de vida dos Portugueses nos 30 anos de Poder Local Democrático que neste ano 2006 comemoramos.

A perspectiva que se evidencia na Proposta de Lei das Finanças Locais, nos mecanismos de gestão previstos para o QREN 2007/2013, na nova Lei do Associativismo Municipal (da qual ainda não se conhece a primeira versão, mas que tem vida de facto), da opção reiterada de não contratualizar a execução de competências com o Poder Local, é a de um Governo centralista mais do que qualquer outro. Um Governo com medo de partilhar o poder com os Cidadãos, que não promove uma verdadeira, sensata e necessária descentralização, além de não implementar a harmonização da forma de desconcentração da estrutura administrativa do Estado, apostando na melhoria da sua eficiência e produtividade.

Urge lutar por esta verdadeira questão de Estado: dar capacidade de crescimento ao Poder Local, apostando na descentralização que aproxime o poder dos Cidadãos e aumente a eficiência e a produtividade dos dinheiros públicos. Uma questão de Cidadania, uma aposta no crescimento e no amadurecimento da democracia Portuguesa.

– (*) Engenheiro, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

CPR-JSD Madeira e CPR-JSD Açores promovem Cimeira

A Juventude Social Democrata dos Açores e da Madeira reunidas na III Cimeira, a 8 de Outubro de 2006 em Ponta Delgada, analisaram e debateram as questões que preocupam a Juventude Portuguesa e em particular os Jovens das Regiões Autónomas, manifestando mais uma vez a solidariedade e a união de esforços para defender os interesses comuns.

O Encontro contou com a participação do Eurodeputado pelos Açores Dr. Duarte Freitas com a sua visão sobre a participação das Regiões Autónomas

no contexto da União Europeia; com a Vice Presidente do PSD/Açores, Presidente da Associação de Municípios dos Açores e Presidente do Município de Ponta Delgada Dr. Berta Cabral; e com o Presidente do PSD Açores Dr. Costa Neves que presidiu ao encerramento dos trabalhos.

Os trabalhos incidiram sobre um conjunto de temas dos quais resultou um documento que enumera as suas conclusões e o qual pode ser consultado no site da JSD em www.jsd.pt.

JSD Distrital do Minho reúne em Conselho Distrital



A Juventude Social Democrata do Distrito de Braga reuniu, no passado sábado dia 21, em Conselho Distrital. O Cine Teatro da Póvoa de Lanhoso revelou-se um espaço acolhedor para os trabalhos que decorreram entre as 14 e as 20 horas.

Sob a presidência dos trabalhos de Pedro Rodrigues, actual presidente da mesa, pôde a Comissão Política Distrital, presidida por Filipe Marinho, apresentar aos Conselheiros distritais o seu plano de actividades para o futuro, bem como o balanço de todo o trabalho realizado até aqui.

Com uma actuação que contempla já a existência de uma Comissão Coordenadora do Ensino Secundário, de uma Comissão Coordenadora do Ensino Superior, de um Coordenador Autárquico e de um Gabinete do Desporto, a Comissão Política em funções apresentou ainda um projecto de intervenção social bem como a criação de um Gabinete de Estudos que apoiará todo o trabalho da mesma.

Numa tarde que se revelou bastante produtiva, a Comissão Política Distrital colocou ainda à votação a alteração da designação de “Distrital Minho” para “Distrital de Braga”, a qual foi aprovada com a maioria dos votos dos Conselheiros, voltando a Distrital da JSD a assumir a designação de JSD – Distrital de Braga. Neste seguimento foi ainda votada a alteração do logótipo da estrutura, tendo sido aprovada a alteração para um logótipo que nas palavras do Secretário Geral da JSD - Distrital de Braga, Pedro Araújo, “significa dinamismo e irreverência, característica da JSD”.

Por seu turno, da parte dos Conselheiros Distritais, abundaram as Moções,

com temas como: “Scut’s e o Vale do Cavado”, “Tornar-se Global, renascer local”, “Tecnologias Abertas”, “Urgente Pensar nas Urgências” e “Emprego no Vale do Ave e Cavado”, que depois de apresentadas e debatidas traduziram de forma inequívoca as preocupações dos jovens do distrito de Braga para com a realidade dos seus concelhos e distrito. Foi ainda votado um voto de louvor à eleição de Guimarães como Capital Europeia da Cultura em 2012.

Ao longo dos trabalhos, os jovens sociais democratas receberam ainda a visita do Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso, bem como dos vereadores da Cultura e Juventude.

A análise da situação política actual ficou a cargo da deputada Dr. Regina Bastos, que pautou a sua análise por um discurso sereno, conhecedor de causa, e cuja análise abordou temáticas tão diversas como sensíveis, quer relativas à governação socialista quer às questões do aborto e do encerramento de serviços de saúde.

Para terminar os trabalhos, os Conselheiros receberam ainda a visita do Presidente da Comissão Política Distrital de Braga do PSD, Dr. Virgílio Costa, que reafirmou a colaboração para com a estrutura da JSD no intuito de um trabalho conjunto contra as actuações do Governo que tanto tem mal tratado o Distrito de Braga.

Os trabalhos encerraram pelas 20 horas, tendo-se seguido um pequeno jantar-convívio numa unidade da zona.



CPD-JSD Lisboa lança campanha: “Geração Recibo Verde... Não Obrigado!”

Mais e melhor emprego Jovem

A nossa realidade

Nas sociedades contemporâneas tem-se colocado, de uma forma cada vez mais premente, uma questão nova, que corta com uma tradição profundamente enraizada nas sociedades ocidentais.

A rigidez do nosso modelo social, a dificuldade de nos adaptarmos a uma realidade em que o emprego para a vida já não é mais do que uma miragem e a falta de estímulos para a criação de um percurso autónomo são factores que constroem a vida da Juventude portuguesa.

A realidade dos jovens portugueses, em pleno século XXI, passa pela dilatação no tempo do seu percurso académico, pela dificuldade de obtenção de emprego e pela subsequente instabilidade profissional.

Estamos, por isso, perante uma geração que encontrou no contrato de prestação de serviços a única alternativa viável ao desemprego!

Em Portugal, o recibo verde tem servido quase exclusivamente para a contratação de trabalhadores efectivos por períodos superiores a dois anos que a qualquer momento podem ser dispensados sem qualquer tipo de protecção social.

Esta é, sem dúvida, a geração que, para trabalhar, abdicou da grande maioria dos direitos sociais que, até há bem pouco tempo, os grandes líderes políticos da Europa ocidental asseguravam como direitos inalienáveis.

Esta é a geração que, para trabalhar, abdicou das suas férias bem como do respectivo subsídio, que abdicou do décimo terceiro mês, que abdicou da assistência na doença e que colocou a sua reforma em risco.

Acresce a esta realidade o facto de nunca ter existido uma geração tão qualificada e preparada como a actual.

Nunca existiram tantos licenciados, tantos pós-graduados, tantos mestres e tantos doutorados.

Assim sendo, qual a lógica de um sistema que nos condena a sustentar os direitos adquiridos de gerações passadas, mas que nos omite esses mesmos direitos para o futuro?

Estes factores destabilizadores constroem fortemente os jovens na sua emancipação, cerceando as suas energias, vontades e ambições.

A ausência de mínimas condições de protecção social inerente ao regime de contrato de prestação de serviços origina, de forma inevitável, a emancipação tardia dos nossos jovens, colocando-os de forma continuada sob a dependência dos seus familiares. Como exemplo podemos referir a dificuldade que esta geração tem em adquirir habitação própria.

Não podemos deixar de realçar que um país em que a juventude não consegue conquistar a sua emancipação, é um país que tem o seu futuro adiado.

Aquilo em que acreditamos

Não nos podemos limitar a uma dicotomia entre o “emprego para a vida” e o contrato de prestação de serviços.

O que está verdadeiramente em causa com esta proposta não é a defesa do paradigma já ultrapassado do “emprego para a vida”, mas sim o apoio a novas formas de protecção social a quem tem um contrato de prestação de serviços, vulgo recibo verde.

A rigidez e inadequação do conceito ultrapassado de “emprego para a vida” não é compatível com a realidade do nosso modelo social, que a cada dia se torna mais competitivo e onde os avanços tecnológicos permitem novas formas de organização.

Este modelo é altamente penalizador para o espírito de iniciativa dos jovens, pois não propicia a criação de um ambiente favorável ao investimento, à formação de novas empresas e à aquisição de novos conhecimentos.

Uma sociedade sem espírito de iniciativa, sem vontade de evoluir e de arriscar é uma sociedade estagnada.

Cremos firmemente no espírito empreendedor das novas gerações, onde a mobilidade e flexibilidade do mercado de trabalho é essencial ao funcionamento de uma sociedade que se quer dinâmica e competitiva.

Acreditamos que esta Geração Recibo Verde, que para trabalhar, abdicou de todos os seus direitos sociais deve indiscutivelmente ser apoiada pelo poder político do nosso país.

Queremos impulsionar estes valores mas não a todo o custo!

A utilização abusiva e desvirtuada do contrato de prestação de serviço não pode continuar, sob pena de se promover uma sociedade baseada na injustiça entre aqueles que tudo têm assegurado e aqueles que apenas têm um projecto de vida assegurado até ao final do mês.

As nossas propostas

1. Realização de um estudo que quantifique o número de jovens entre os 18 e os 30 anos que se encontram afectos a um contrato de prestação de serviços bem como a sua duração, tanto no sector público como no sector privado;

2. Criação de um regime específico de protecção social para quem esteja num contrato de prestação de serviços com duração igual a superior a um ano, onde se preveja:

- Fixação de indemnização correspondente à remuneração mensal no momento da cessação de contrato após um ano de trabalho, sendo que o valor da indemnização deverá aumentar gradualmente de acordo com a duração do trabalho prestado

- Possibilitar o acesso ao subsídio de desemprego aos que se encontrem em situação de contrato de prestação de serviços

3. Criação de um regime de benefícios fiscais em sede de IRS para os jovens com contrato de prestação de serviços a termo certo que subscrevam um PPR

CPD – JSD Lisboa



GERAÇÃO RECIBO VERDE?

NÃO OBRIGADO!

www.jsdlisboa.org

MAIS E MELHOR EMPREGO JOVEM

CPD-JSD Viseu promove encontro de militantes em São Pedro do Sul

No passado sábado, dia 21 de Outubro, a JSD/ Distrital de Viseu demonstrou mais uma vez toda a sua juventude irreverência e capacidade de mobilização.

Realizou um encontro de militantes e simpatizantes da JSD onde estiveram presentes cerca de 5 dezenas de jovens, em S. Pedro do Sul, que abordou temáticas pertinentes, preocupações dos jovens na actualidade.

Durante a tarde, e porque o objectivo da actividade era a interacção e a percepção dos anseios juvenis, simulou-se uma sessão ordinária da Assembleia da República, cujo tema era a Interrupção Voluntária da Gravidez. Assimilou-se minimamente o funcionamento deste órgão de soberania e alargou-se a participação dos senhores “deputados”, visto estarem presentes jovens dos 14 aos 30 anos.

Dessa sessão parlamentar, rica em confronto de ideias e posições contrárias, que primou pela discussão saudável da questão do Aborto, saiu uma posição unânime: a concordância com a realização de um referendo, momento magno da participação democrática, acerca da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 10 semanas.

A refeição foi servida com uma experiência de vida, transmitida pelo Dr.

António Ribeiro, jovem empresário de sucesso na área vitivinícola biológica, que nos elucidou de como é possível afirmar-se num interior tão débil e tão frágil.

Este segundo momento de debate, subordinado ao tema: “...E tu que arrancas daqui para fora... Lisboa, Porto, Coimbra,...Viseu?!!!!”, que pretendia questionar a interioridade, onde um jovem sai para frequentar o ensino superior em grandes centros urbanos, e será que volta?! Haverá emprego e oportunidades para a fixação no interior?

Há exemplos de sucesso, de jovens que adquirem formação e retornam às suas origens, no entanto há um reconhecido défice no mercado laboral para acolher estas mais valias.

Cada jovem partilhou a sua experiência de vida, projecto e ambições, mas peremptoriamente ficou reconhecido que há uma grande dificuldade de vingar nesta região, principalmente naquele interior profundo (norte do distrito de Viseu) onde a desertificação está a matar lentamente.

Questionou-se a postura do Eng. José Sócrates, o Primeiro-Ministro Salvador, o Senhor dos 150 000 empregos, do choque tecnológico que é cúmplice na morte desta região! Esse



Primeiro Ministro que nos retira serviços básicos como escolas, tribunais, unidades de saúde, vitais estrategicamente para a região.

Um executivo que aprova uma Lei de Financiamento para as Autarquias Locais que asfixia definitivamente o único motor de desenvolvimento no distrito de Viseu.

Que vai fazer com o IPJ? Apregoa a transferência ou encerramento de Serviços Públicos desconcentrados no interior, que vai ser dos visenses sem eles?

Senhor Primeiro Ministro, elucidide-nos de uma vez por todas qual o futuro

da interioridade? Portagens na A25 e na A24? Os jovens não precisam de mais auto-estradas, elas podem ser veículo de desenvolvimento, mas sabemos que Viseu pela A25 está muito mais perto de Aveiro, do que Aveiro de Viseu, porque normalmente quem sai raramente volta.

Esteve presente também o Sr. Coordenador dos Jovens Autarcas Sociais Democratas, Dr. Fernando Lopes, autarca numa zona também afectada pela desertificação e envelhecimento populacional, que reafirmou este governo como o coveiro das boas gentes do interior.

Novos Órgãos da JSD de Montemor-o-Velho Tomaram Posse

No passado Sábado, dia 21 de Outubro, decorreu na Quinta do Taipal, em Montemor-o-Velho, a Cerimónia Oficial da Tomada de Posse dos Órgãos eleitos para a Comissão Política e Mesa do Plenário de Secção da JSD de Montemor-o-Velho.

Estiveram presentes o Dr. Luís Leal, Presidente da Comissão Política do PSD de Montemor-o-Velho, o Dr. Pedro Machado, Vice-Presidente do PSD de Montemor-o-Velho, o Dr. Deolindo Correia, Presidente da Mesa do Plenário do PSD de Montemor-o-Velho, Paulo Leitão, Presidente da Distrital da JSD de Coimbra, Ricardo Lopes, Presidente da Mesa do Plenário da Distrital da JSD, entre outros presidentes de Secções da JSD do distrito, bem como diversos presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho.

Esta Cerimónia contou com a presença de cerca de uma centena de pessoas e realizou-se após o jantar abrilhantado com a actuação da Tukatina, Tuna Feminina da Universidade Internacional da Figueira da Foz

Alexandre Leal, 20 anos, natural de Montemor-o-Velho e estudante de Economia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra é o novo

presidente da Comissão Política Concelhia da JSD. Sucede assim a Filipe Carraco Reis que desempenhou este cargo durante os últimos 7 anos. Para o novo Presidente, foi graças ao trabalho desenvolvido nos últimos anos que a JSD de Montemor-o-Velho adquiriu uma “enorme notoriedade” e, então, “depois de ter a casa arrumada” e “os «pilares» da estrutura bem consolidados”, está na altura “de inovar”.

Com uma lista renovada, pretende “aliar a experiência às novas ideias e opiniões que possam surgir” e, desta forma, “cativar e incentivar todos os jovens que fazem parte da estrutura a participar”. O recém-empossado, aproveitou a oportunidade para divulgar uma nova iniciativa que se irá realizar durante os dois próximos meses, uma Campanha de Solidariedade, que terminará na época natalícia.

É sua intenção que “todos estejam unidos” para que possam lutar pelos objectivos propostos. Tendo também como objectivo “que o descrédito pela política seja mitigado”, não deixou de criticar o actual Governo Socialista pelas promessas eleitorais não cumpridas, afirmando que assim será difícil que os jovens se interessem pela política, achando que é necessário o fim do “show-off político”.

Para Alexandre Leal, o grande objectivo da JSD de Montemor-o-Velho é que o Concelho de Montemor-o-Velho seja um Concelho com Futuro e de Futuro, e tendo a noção de “que as

pessoas não são eternas”, tem a certeza que o futuro está nas mãos dos jovens e que depende deles. Daí que ache que o “conceito de desenvolvimento sustentado tem que ser entendido na sua essência” e “só poderá ser concretizado devidamente se os jovens forem uma aposta e a pedra-chave no seu íntimo”.

Aproveitou também para dar os parabéns ao Dr. Luís Leal pela “excelente aposta na qualidade da educação no seu concelho”, e disse que “a rota turística deve ser bem aproveitada e interligada da melhor forma com a cultura”, que não se restringe apenas à vila de Montemor, mas também a todas as outras freguesias do concelho que têm um “enorme potencial turístico”, alertando para que se “abram as portas a quem nos visita”.

Não deixou de afirmar que “o

crescimento não pode ser desfasado e em massa”, mas que “temos de ter em atenção as características de Montemor” e “ser diferentes”, porque “só assim estaremos ao nível das grandes cidades do distrito”. Sabendo que “o trabalho na JSD é desgastante, não deixa contudo de afirmar que também é “enriquecedor e gratificante”, e acima de tudo “uma escola e formação para a vida”.

Para Alexandre Leal “a vida é feita de desafios e os sonhos são para se concretizar” e para ele o seu grande sonho é “que a JSD de Montemor-o-Velho esteja sempre na primeira página a nível distrital e também nacional” e que “seja uma das melhores, mesmo não sendo das maiores”. Leal encara este novo cargo com “muito gosto e por amor à política”.

Em relação à Mesa do Plenário, Bruno Travassos manteve-se como Presidente, tendo sido renovado o resto da sua composição.





Distrital de Aveiro

Convoco, ao abrigo do artigo 67º dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militem, para reunirem nas Secções de Águeda, Albergaria-A-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, São João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos, Vale de Cambra e Santa Maria da Feira, no dia 7 de Dezembro de 2006 (Quinta-feira), pelas 18.45 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

- Eleição da Comissão Permanente Distrital

- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital e

- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas:

As urnas estarão abertas em cada Secção para a votação, das 19.00 às 23.00 horas, do dia 7 de Dezembro de 2006.

As listas de candidatura para os órgãos a eleger deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na Sede Distrital de Aveiro, até às 24.00 horas do dia 4 de Dezembro de 2006, encontrando-se a dita Sede aberta para o efeito naquele dia, das 21.00 às 24.00 horas.

As listas de candidatura dos Delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem o substitua, nos mesmos prazos referidos na nota 2, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas Sedes.

Chama-se a atenção dos militantes e dos Presidentes das Assembleias de Secção para o facto de ser a presente eleição um acto complexo, contemplando o sufrágio universal e directo de três Órgãos Distritais, bem como dos Delegados, pelo que deverão as Secções providenciar quatro urnas para a realização da eleição simultânea dos diversos órgãos e dos Delegados.

Distrital de FARO

Convoca-se, ao abrigo do artigo 67º dos Estatutos do PSD e do

Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, todos os Militantes do Distrito de Faro para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas Secções no dia 7 de Dezembro de 2006 (Quinta-feira), pelas 20h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital, da Comissão Permanente Distrital, do Conselho de Jurisdição Distrital e dos Delegados à Assembleia Distrital.

Notas:

1- As urnas estarão abertas, em cada Secção, das 20h30m às 23h30, do dia 7 de Dezembro de 2006, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº 4 do art.º 9º do Regulamento Eleitoral;

2- As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na sede distrital, até às 24h00m do dia 4 de Dezembro de 2006, encontrando-se a dita sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21h00m às 24h00m;

3- As listas de candidatura dos Delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos referidos na Nota 2, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas sedes. As listas devem integrar o número de candidatos efectivos e suplentes por Secção;

4- Conforme o Regulamento Eleitoral (Artigo 7º, ponto 5) os militantes poderão pagar as quotas até ao 10º dia anterior ao da eleição para terem capacidade eleitoral activa;

5- Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes: Albufeira – Sede do PSD, Est. Vale Pedra, Edf. Palmeira, 1º Dtº; Aljezur – Sede do PSD, R. Franc. Gomes Avelar, nº 12-A; Faro – Sede do PSD, R. Vasco da Gama, nº 54, 1º Dtº; Lagoa – Sede do PSD, R. Joaquim Eugénio Júdice, 3 1º Esq.; Lagos – Sede do PSD, R. Socio da Costa, nº 48-50; Loulé – Sede do PSD, R. Dr. Franc. Sá Carneiro, nº 1; Monchique – Sede do PSD, R. D. Francisco Gomes Avelar, nº 7, 1º; Olhão – Sede do PSD, Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 R/C Dtº; Portimão – Sede do PSD, R. Machado dos Santos, nº 17; S. B. de Alportel – Sede do PSD, R. Poeta Bernardo Passos, nº 29; Silves – Sede do PSD, R. Cândido dos Reis, Lt C, Lj B; Tavira – Sede do PSD, Praceta Eng.º José Herculano Brito de Carvalho, Lt 9, 1º Dtº; Vila do Bispo – Sede do PSD, R. Carlos Luís Correia Matoso, nº 6, 1º; V. R. St.º António – Sede do PSD, R. Cândido Reis, nº 98;

6- Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de Alcoutim exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, no Auditório do Castelo de Alcoutim;

7- Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de Castro Marim exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, na Rua de S. Sebastião nº 18, em Castro Marim.

Secção de Londres

São, por este meio, convocados os filiados do Partido Social-Democrata, da **Secção de Londres**, para uma reunião, no dia 13 de Novembro próximo, pelas 20,30 horas, em 587, Wandsworth Road, Londres, SW8 3JD.

Agenda dos trabalhos

Actividades do Partido e sua situação presente

Quotas a estabelecer para os associados

Membros directivos a substituir

Outros assuntos de interesse geral

Abrantes

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes do PSD de Abrantes para reunir, no dia 7 de Dezembro (quinta-feira), pelas 21:00 horas, na sede concelhia, sita em Rua de São Pedro, nº22, 1º - Abrantes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

NOTAS:

1- As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

2- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, na sede da Secção, sita em Rua de São Pedro, nº22, 1º, em Abrantes, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para efeitos de entrega das listas, a sede estará aberta entre as 22h00 e as 24h00 nesse dia.

3- Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;

b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

4- Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral, só poderão votar e ser eleitos (capacidades eleitorais activa e passiva) os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos, seis meses e que tenham as suas quotas em dia (pagas até ao 10º dia anterior ao do acto eleitoral).

5- Estas notas não dispensam a leitura e o respeito pelos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral.

Albergaria-a-Velha

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção para a eleição dos órgãos concelhios do PSD, no dia 7 de Dezembro, das 19h00 às 23h00, na Sede Concelhia, na Av. Napoleão, em Albergaria-a-Velha.

As listas candidatas ao acto eleitoral, deverão ser entregues até às 24 h. do 3º dia que antecede o acto eleitoral. Para o efeito, a sede estará aberta das 21h00 às 24h00.

Borba (A.Alentejo)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoco a Assembleia de Secção de Borba, para reunir, no dia 15 de Dezembro (quinta-feira), entre as 17h00 e as 20h00, na sede, concelhia, sita na Rª Varanda do Gião (?) com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues entre as 21 e as 24 horas do terceiro ao acto eleitoral, na secção de Borba

Mira

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção para reunir, no dia 24 de Novembro, (Sexta-Feira), pelas 21h00 entre as 17h00 e as 20h00, na sede concelhia, sita na Av. 25 de Abril em Mira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Avaliação do 1º ano de mandato do PS na Câmara de Mira e da Actuação do PSD como Oposição.

2. Estratégias de intervenção futuras do PSD

3. Assuntos correntes

Olhão

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoco a Assembleia de Militantes do PSD de Olhão para reunir, em sessão ordinária da Assembleia de Secção, no dia 7 de Dezembro (quinta-feira), pelas 20:00 horas, na sede concelhia, sita na Av. Francisco Sá Carneiro, 23, R/C, Olhão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção de Olhão.

NOTAS:

1- As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 24h00.

2- As candidaturas deverão obedecer ao artº4º do Regulamento eleitoral do PSD e ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para efeitos de entrega das listas, a sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00.

Ourique

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoco a Assembleia de Militantes do PSD da Secção de Ourique, a realizar no dia 7 de Dezembro (quinta-feira), entre as 18h00 e as 20h00, na Av. 25 de Abril n.º 37 e na Rua Dr. José da Silva Cristina, em Santana da Serra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Eleição da Mesa da Assembleia da Secção de Ourique
- Eleição da Comissão Política da Secção de Ourique

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito, entre as 20h00 e as 24h00.

Paços de Ferreira

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção para reunir, no dia 30 de Novembro, das 21h00 às 24h00, na sede concelhia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da Situação Política

Setúbal

Ao abrigo do artigo dos Estatutos do PSD convocam-se todos os Militantes para reunirem em sessão ordinárias da Assembleia da Secção de Setúbal, no dia 9 de Novembro de 2006, quinta-feira, pelas 21h30, na R. Rodrigues de Freitas, 23, 1.º Esq.º, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1 – Informações

Ponto 2 – Análise da situação político-partidária

Tavira

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoco o Plenário de Militantes do PSD de Tavira para reunir, em sessão ordinária da Assembleia de Secção, no dia 7 de Dezembro (quinta-feira), pelas 20:30 horas, na sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 – Eleição da Comissão Política Concelhia

Ponto 2 - Eleição da Mesa da Assembleia.

Notas:

a) O acto eleitoral decorrerá entre as 20h30 e as 23h30, em simultâneo com a eleição da Mesa da Assembleia Distrital, Comissão Permanente Distrital, Conselho de Jurisdição e dos Delegados à Assembleia Distrital.

b) As listas candidatas aos respectivos órgãos, deverão dar entrada até às 24 horas do terceiro dia

antes do acto eleitoral, acompanhadas das respectivas declarações de aceitação, bem como do documento de subscrição da candidatura

Vila Nova de Famalicão

Ao abrigo do disposto no art.º 50º dos estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir na Sede Concelhia, sita na R. Adriano Pinto Basto, 212, 3.º, sala 14, no dia 6 de Novembro de 2006, pelas 21 horas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Aprovação do Relatório de Actividades e contas de 2005
- 3 – Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2006
- 4 – Análise da situação político-partidária

Viseu

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Viseu, para uma reunião ordinária a realizar no Solar dos Peixotos (ed.º. da Assembleia Municipal), no dia 24 de Novembro de 2006 (sexta-feira), pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da Situação Política
- 3 – Apreciação e votação do relatório de contas de 2005/2006

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento do PPD/PSD – Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir no dia 7 de Dezembro de 2006 (quinta-feira), pelas 19 horas, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Anadia, 30 de Outubro de 2006

O Presidenta da Mesa da Assembleia de Secção de Anadia

(José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro)

Notas:

1. As urnas estarão abertas entre as 19 e as 23 horas do referido dia 7 de Dezembro;

2. As listas deverão ser entregues na sede concelhia entre as 23 e as 24 horas do dia 4 de Dezembro de 2006 (segunda-feira);

3. Só têm capacidade eleitoral, os militantes que tenham as quotas em dia no décimo dia anterior ao da eleição.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento do

PPD/PSD – Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Concelhia de Mafra do PSD, para uma Reunião Ordinária no próximo dia 17 de Novembro de 2006, pelas 21h00, na sede Concelhia, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B, com a seguinte: Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política a nível nacional, nomeadamente sobre a nova Lei das Finanças Locais e as suas implicações futuras no Concelho de Mafra;

2. Informação sobre os Grupos de Trabalho da Comissão Política da Secção;

3. Apresentação do Calendário de Actividades para o Biénio 2006-2008;

4. Apresentação do Site do PSD-Mafra na Internet;

5. Apresentação da nova Newsletter da Secção.

O Presidenta da Mesa da Assembleia de Secção de Anadia (Joaquim Sardinha)

Ílhavo

Ao abrigo dos estatutos nacionais do PSD, e do art.º 3º e seguintes do Regulamento Eleitoral, convoco a Assembleia de secção de Ílhavo, para uma reunião a realizar no dia 7 de Dezembro de 2006 (quinta-feira), pelas 19:00h, na sede do Partido, na Av. 25 de Abril, em Ílhavo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

01. Eleição da Mesa da Assembleia de Militantes para o biénio 2006-2008;

02. Eleição da Comissão Política Concelhia para o biénio 2006-2008;

NOTAS:

a) as urnas estarão abertas entre as 19.00h as 23.00h;

b) só poderão votar os militantes com mais de seis meses de filiação e aqueles cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição;

c) as listas de candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, na sede do Partido, na Av. 25 de Abril, em Ílhavo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



CONSELHO DISTRITAL DO ALTO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Alto Minho, a reunir no próximo dia 5 de Novembro de 2006, pelas 15 horas, na Sede Distrital da JSD Alto Minho, sita na Praça da Galiza, 4900 Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política;
2 – Marcação do calendário eleitoral e data de realização do Conselho Distrital eleitoral da JSD Alto Minho;

3 – Informações;
O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho (João Meira)

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Castro Daire, para uma reunião a realizar no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Castro Daire, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Secção de Castro Daire.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia da JSD de Castro Daire.

O Vice-Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Eduardo José Brás Chaves)

NÚCLEO DE SEQUEIRA – CPS/BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o acto eleitoral, para eleição da Comissão Política e respectiva Mesa do Núcleo da Freguesia de Secção da JSD de Braga, para o dia 2 de Dezembro de 2006.

O acto eleitoral vai decorrer entre as 19 horas e as 20 horas, na Sede da Junta de Freguesia de Sequeira.

Ponto Único: Eleição da Mesa de Assembleia e da Comissão Política do Núcleo de Freguesia de Sequeira da Secção de Braga.

Nota:

As listas candidatas aos respectivos órgãos, deverão ser entregues conforme os Estatutos, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa (Duarte Nuno Loureiro)

SÁTÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Sátão, para uma reunião a realizar no próximo dia 2 de Dezembro de 2006 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede Concelhia da JSD/Sátão, sita na Rua Visconde do Banho, cave 5, 3560-181 Sátão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem

estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia da JSD, na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

O Presidente da Mesa
(Arlindo Jorge Ferreira)

VILA NOVA DE CERVEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Vila Nova de Cerveira, a reunir no próximo dia 1 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD/Vila Nova de Cerveira, sita no Largo 16 de Fevereiro, 4920 Vila Nova de Cerveira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política;
- 2 - Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD Vila Nova de Cerveira;
- 3 - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Vila Nova de Cerveira;
- 4 - Tomada de Posse.

Nota:

O Plenário terá a duração de um hora (21h00 às 22h00), e a entrega das Listas Candidatas deverá ser feita até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho, na Sede Distrital da JSD.

O Presidente da Mesa do CD/JSD Alto Minho
(João Meira)

ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Albufeira para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Vale das Pedras - Edf. Palmeiras, 1º Dto, Cerro Alagoa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.
- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos

aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Faro para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Vasco da Gama, nr. 54, 1º Dto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Lagos para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Soeiro da Costa, nr.48, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional (Ana Zita Gomes)

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Loulé para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Olhão para reunir no

próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nr.23, r/c Dto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Portimão para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Machado dos Santos nr.17, r/c, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

SILVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Silves para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Pintor Bernardo Marques, nr.1, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do

Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Tavira para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Praceta José H. Brito de Carvalho, Lt.9, 1º Dto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 2- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

VILA REAL SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Real de Santo António para reunir no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 pelas 20 horas na sede da Secção, sita na Rua Cândido dos Reis, nr.98, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital

3- Eleição da Comissão Política de Secção;

4- Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

CONSELHO DISTRICTAL ELEITORAL FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD Faro para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006 pelas 21 horas na sede Distrital, sita na Rua Projectada à Rua de S. Luís, nr.1, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação de Candidaturas
- 2 - Apresentação, Discussão e Votação de Moções

3- Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o período de duas horas.

- As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou quem estatutariamente a substitua, na Sede Distrital, até às 24 horas do terceiro dia anterior, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Porto, para o dia 9 de Novembro de 2006, pelas 21h30, na Sede da Junta de Freguesia da Senhora da Hora, no Conselho de Matosinhos, sita na Rua Vasco Santana, 26 – 1.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Educação em Portugal;
 - 3 – Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa
(Daniel Figueiro)

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Valongo, para o dia 15 de Novembro de 2006, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação das candidaturas à CPS – PSD Valongo;
 - 2 – Informações e Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa
(Luís Ramalho)

CONSELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 11 de Novembro de 2006, pelas 15 horas, na Albergaria Santa Cruz, em Mangualde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Calendário Eleitoral para os órgãos distritais da JSD de Viseu;
 - 3 – Análise da Situação Política;
 - 4 – Outros assuntos.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Manuel Silvestre Conde)